

UNIVERSIDADE DE UBERABA  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO:  
FORMAÇÃO DOCENTE PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA  
MESTRADO PROFISSIONAL

FABÍOLA DUTRA AMARAL

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E SEU PAPEL NA FORMAÇÃO DOS DISCENTES  
DOS CURSOS DE LICENCIATURA: UMA ANÁLISE DESTA CONTRIBUIÇÃO A  
PARTIR DO PROGRAMA DE EXTENSÃO INTEGRAÇÃO UFU/COMUNIDADE –  
PEIC

UBERLÂNDIA-MG  
2018

FABÍOLA DUTRA AMARAL

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E SEU PAPEL NA FORMAÇÃO DOS DISCENTES  
DOS CURSOS DE LICENCIATURA: UMA ANÁLISE DESTA CONTRIBUIÇÃO A  
PARTIR DO PROGRAMA DE EXTENSÃO INTEGRAÇÃO UFU/COMUNIDADE –  
PEIC

Dissertação apresentada à banca de defesa para obtenção do título de Mestre em Educação no Programa de Pós-graduação: Formação Docente para a Educação Básica - Mestrado Profissional da Universidade de Uberaba.

Linha de pesquisa: Fundamentos e Planejamento

Orientadora: Profa. Dra. Luciana Beatriz de Oliveira Bar de Carvalho

UBERLÂNDIA-MG  
2018

Amaral, Fabíola Dutra.  
A13e A extensão universitária e seu papel na formação dos discentes dos cursos de licenciatura: uma análise desta contribuição a partir do Programa de Extensão Integração UFU/Comunidade – Peic / Fabíola Dutra Amaral.- Uberlândia, 2018.  
114f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade de Uberaba. Programa de Mestrado em Educação. Linha de pesquisa: Fundamentos e Planejamento  
Orientadora: Profa. Dra. Luciana Beatriz de Oliveira Bar de Carvalho.

1. Extensão Universitária. 2. Formação de Professores. 3. Peic, UFU.  
I. Carvalho, Luciana Beatriz de Oliveira Bar de. II. Universidade de Uberaba. Programa de Mestrado em Educação. III. Título.

CDD 371.12

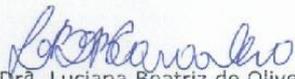
Fabiola Dutra Amaral

**A extensão Universitária e o seu papel na formação dos discentes: Uma análise desta contribuição a partir do Programa de Extensão Integração UFU/Comunidade-Peic.**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Educação da Universidade de Uberaba, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovada em 30/10/18

BANCA EXAMINADORA

  
Prof.ª, Dr.ª, Luciana Beatriz de Oliveira  
Bar de Carvalho (Orientadora)  
Universidade de Uberaba- UNIUBE

  
Prof.ª, Dr.ª, Cristiane Betanho  
Universidade Federal de Uberlândia -  
UFU

  
Prof.ª, Dr.ª, Gercina Santana Novals  
Universidade de Uberaba - UNIUBE

## DEDICATÓRIA

Ao meu marido, Rafael, e aos meus filhos, Heitor e Ana Luiza, meus maiores incentivadores, por sempre me apoiarem, respeitando minhas decisões. A vocês, todo o meu amor e gratidão.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus e a todos que contribuíram para o sucesso desta conquista apoiando-me nessa caminhada, meus sinceros e profundos agradecimentos. Que eu tenha a oportunidade de fazer por vocês tudo o que fizeram por mim...

## RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar o Programa de Extensão Integração UFU/Comunidade (Peic) e seu papel na formação dos discentes dos cursos de licenciatura da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) que atuam como bolsistas de projetos ligados à educação, propondo melhorias ao programa. Apresentam-se como objetivos específicos refletir sobre a relação da extensão universitária e a formação inicial de professores, situar o referido programa no contexto da política de extensão na UFU e criar um instrumento avaliativo que possibilite a instituição mensurar o impacto do Peic na formação dos bolsistas participantes. Tomando como base o conceito de extensão universitária, analisamos se a prática extensionista proporcionada por essa vivência realmente tem algum impacto da formação desses discentes, produzindo novos conhecimentos. Ao longo deste trabalho, entendemos que a escola de educação básica torna-se um espaço de muito interesse para projetos de extensão com impactos em diferentes dimensões, como no processo de ensino aprendizagem, na gestão e na formação de professores, objeto de estudo desta pesquisa. Imprescindível, também, é o papel do professor/tutor, auxílio que coordena a ação extensionista, uma vez que a sua postura tem influência direta na reelaboração da prática do aluno em função dos conceitos apreendidos e das experiências vivenciadas. Destacamos como a regulamentação da legislação faz-se urgente e necessária a fim de garantir o financiamento e a continuidade das ações extensionistas. Além disso, ressaltamos a importância da avaliação institucional das IES como a extensão se localiza neste contexto, elencando indicadores e apresentando como o nosso produto de pesquisa poderá colaborar com essa avaliação. Metodologicamente, a pesquisa caracteriza-se pelo enfoque qualitativo, sendo do tipo social, descritiva, organizada por meio de um estudo de caso, recorrendo à análise de conteúdo para a verificação dos dados. Ao final do trabalho, não foi possível responder integralmente às indagações referentes ao impacto da extensão sobre a formação dos alunos; mas indícios de que essa resposta é positiva foram encontrados a partir da análise das respostas dos questionários aplicados como parte do levantamento dos dados para a pesquisa. Entendemos que o nosso instrumento de avaliação poderá colaborar sobremaneira para essa confirmação e esperamos que nossa pesquisa possa contribuir com a formação dos bolsistas envolvidos nos projetos de extensão universitária, tornando- os, além de profissionais, cidadãos críticos capazes de perceberem os anseios e demandas da sociedade, entendendo ser esta a função precípua de uma universidade pública.

Palavras-chave: Extensão universitária. Formação de professores. Peic. UFU.

## ABSTRACT

This research has the objective of analyzing UFU/Community Integration and Extension Program (Peic) and its role in training UFU undergraduate students who work as scholarship holders in projects related to education, proposing improvements to the program. The specific objectives are reflecting about the relation between university extension and initial teacher training, to situate the Peic in the context of the Federal University of Uberlândia Extension Project and to create an evaluation mechanism that would allow the University to measure the impact of Peic in the training of fellow participating students in the Program. Based on the concept of university extension, we analyze if the extensionist practice provided by this experience really has any impact over the formation of these students, producing new knowledge. Over the course of this project, we understand that the basic level education becomes a space of great interest for extension projects with direct impacts in different dimensions, such as the process of teaching, learning, management and in the formation of teachers, being the object of study of this research. Also indispensable is the role of the teacher / tutor, who coordinates the extensionist action, since their posture has a direct influence on the re-elaboration of the student's practice according to the concepts learned and experiences lived. We also highlight how regulation is urgent and necessary in order to guarantee funding and continuity for the extension project activities. Besides that, we emphasize the importance of the institutional evaluation of HEI and how the program situates itself in this context, listing indicators and presenting how our research product can collaborate with this evaluation. Methodologically, this research is characterized by qualitative approach, being of the social type, descriptive, organized through a case study, using content analysis to verify the data. At the end of the study, it was not possible to completely answer the questions regarding the impact of the extension program on the student's training; but evidence that this answer is positive was found through the analysis of questionnaires applied as part of the survey of the data for the research. We believe that our evaluation instrument can greatly contribute to this confirmation and we hope that this research will help in the training of the scholars involved in the projects of university extension, making them, not only professionals, but also critical citizens capable of perceiving the desires and demands of society, understanding this to be the primary function of a public university.

Keywords: University extension. Teacher training. Peic. UFU.

## LISTAS DE ABREVIATURAS

Asaex – Assessoria Administrativa e Financeira da Pró-reitoria de Extensão e Cultura  
BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações  
Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
CEP – Comitê de Ética em Pesquisa  
Comfor – Comitê Gestor Local de formação Inicial e continuada de Profissionais da Educação Básica da Rede UFU de Formação Continuada  
CNE – Conselho Nacional de Educação  
Coext – Coordenação de Extensão  
Consep – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão  
Condir – Conselho Diretor  
Consex – Conselho Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis  
Consun – Conselho Universitário  
CPA – Comissão Própria de Avaliação  
Cpae – Comissão Permanente de Avaliação da Extensão  
Dicap – Divisão de Capacitação  
Dipex – Divisão de Apoio a Projetos de Extensão  
Direc – Diretoria de Extensão  
Dsiex – Divisão de Sistema de Informação de Extensão e Cultura  
Eseba – Escola de Educação Básica  
Forproex – Fórum Nacional de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras  
IBEU – Indicadores Brasileiros de Extensão Universitária  
IES – Instituições de Ensino Superior  
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação  
LOA – Lei Orçamentária Anual  
MEC – Ministério da Educação  
Parfor – Programa Nacional de Formação Continuada de Professores da Educação Básica  
Peic – Programa de Extensão Integração UFU/Comunidade  
Pibex – Programa Institucional de Bolsa de Extensão  
Pibic – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

Pibid – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência  
Pide – Plano Institucional de Desenvolvimento e Expansão  
Pieex – Programa Institucional de Estágio Acadêmico de Extensão Remunerado  
Pnaic – Pacto pela Alfabetização na Idade Certa  
PNE – Plano Nacional de Educação  
PNEext – Plano Nacional de Extensão  
Proex – Pró-reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis  
Proexc – Pró-reitoria de Extensão e Cultura  
Proext – Programa de Extensão Universitária  
Proexte – Programa de Fomento à Extensão Universitária  
Progep – Pró-reitoria de Gestão de Pessoas  
Proplad – Pró-reitoria de Planejamento e Administração  
Quali-UFU – Programa de Apoio à Qualificação  
Renex – Rede Nacional de Extensão  
Reuni – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das  
Universidades Federais  
Sesu – Secretaria de Ensino Superior  
Siex – Sistema de Informações de Extensão  
Sinaes – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior  
TAC – Termo de Ajuste de Conduta  
TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido  
UEPA – Universidade do Estado do Pará  
UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
UERN – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte  
UFCG – Universidade Federal de Campina Grande  
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro  
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina  
UFU – Universidade Federal de Uberlândia  
UNE – União Nacional dos Estudantes

## ÍNDICE DE FIGURAS

Quadro 1 – Indicadores brasileiros de extensão universitária apresentados pelo GT formado a partir do Forproex.....	46
Quadro 2 – Indicadores selecionados pela Comissão Permanente de Avaliação da Extensão (Cpae) .....	59
Quadro 3 – Fluxograma de análise para a construção do instrumento de avaliação	62
Quadro 4 – Valores de orçamento próprio UFU destinados à extensão .....	66
Quadro 5 – Definição de “programa” a partir do Proext (2004 a 2015) .....	67
Quadro 6 – Objetivos do Peic.....	70
Quadro 7 – Apresenta períodos de execução, os valores destinados aos editais do Peic no período de 2003 até 2015 (com execução em 2016) e o número de propostas apresentadas e deferidas ao longo desses anos .....	74
Quadro 8 – Relação valor/número de projetos/bolsistas atendidos por ano (anos 2003, 2007, 2011, 2015) .....	78
Gráfico 1 – Relação valor do edital/número de propostas/bolsistas atendidos .....	79

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	12
CAPÍTULO 1 – A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E SUA IMPORTÂNCIA NA FORMAÇÃO DISCENTE E DOCENTE.....	22
1.1 O encontro entre os caminhos da formação de professores e da extensão universitária .....	22
1.2 A Extensão na UFU.....	29
1.3 A extensão e a formação de professores na UFU.....	34
1.4 A política de bolsas de extensão .....	36
CAPÍTULO 2 – A AVALIAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E SEU LUGAR NA PRÁTICA EXTENSIONISTA .....	41
CAPÍTULO 3 – ASPECTOS METODOLÓGICOS .....	54
3.1 Tipo de pesquisa .....	54
3.2 Coleta de dados .....	55
3.3 Análise de dados .....	61
3.4 Execução da Pesquisa .....	62
CAPÍTULO 4 – O PROGRAMA DE EXTENSÃO INTEGRAÇÃO UFU/COMUNIDADE (PEIC) .....	64
CAPÍTULO 5 – PROPOSTA DE AVALIAÇÃO PARA O PEIC.....	81
5.1 A avaliação na Universidade Federal de Uberlândia.....	81
5.2 Resultados .....	83
5.2.1 Resultado da análise dos dados .....	83
5.2.2 Apresentação do Instrumento .....	85
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	89
REFERÊNCIAS .....	94
Apêndice A – Questionário aos discentes bolsistas .....	101
Apêndice B – Questionário aos professores participante do projeto na escola.....	102
Apêndice C – Questionário aos proponentes dos projetos .....	103
Apêndice D – Respostas dos questionários .....	104

## INTRODUÇÃO

Sou graduada em Administração. Iniciei minha carreira profissional em 1994 na Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, com exercício em Superintendências Regionais de Ensino. De março de 1994 até julho de 2005, trabalhei na Regional Patos de Minas e, de agosto de 2005 até o início de 2012, na Regional Uberlândia.

Ao longo desses anos, atuei na área administrativa da Superintendência, denominada área meio. O papel da área administrativa é dar suporte às atividades da área pedagógica, denominada área fim. Neste período, meus contatos com as escolas eram estritamente sobre questões referentes ao acompanhamento da carreira dos professores, pagamentos, aposentadoria, estrutura física dos prédios escolares e bens permanentes e de consumo necessários ao funcionamento da escola.

Durante esse período, meu único contato com as questões diretamente ligadas ao ensino e aprendizagem foi em 2001, quando decidi fazer um curso de especialização em Psicopedagogia. Apesar de não conhecer nem atuar na área, era uma das poucas especializações oferecidas na minha cidade. Naquela época, tive a oportunidade de presenciar as discussões entre os professores recém-formados e os mais experientes sobre suas dificuldades e realizações diante das diversidades na escola.

Em um segundo momento da minha carreira, fui admitida como servidora da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) em março de 2012, no cargo de Técnico em Secretariado. Iniciei minhas atividades na secretaria da Diretoria de Extensão (DIREC) da Pró-reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis (Proex). Em 2015, recebi o convite para secretariar a Proex que, a partir de 2016, passou a abrigar somente as pastas de Extensão e Cultura.

Desde o início, meu caminho na UFU foi permeado pelo trabalho na Extensão. Participo ativamente da organização de cursos, eventos, seminários, encontros, oficinas e palestras organizadas e apoiadas pela Pró-reitoria de Extensão e Cultura (Proexc).

Participei de comissões de seleção de programas de extensão e, dentre eles, o Programa de Extensão Integração UFU/Comunidade (Peic) tendo, como atribuição, como membro da comissão, a organização e estruturação de todo o processo seletivo.

Atuo também, na análise direta de projetos na condição de parecerista, fato que despertou o interesse em compreender mais e melhor o sentido e as contribuições das atividades extensionistas na formação dos discentes da UFU.

À frente da Secretaria da Proexc, tive a oportunidade de participar da seleção de bolsistas e acompanhá-los nas tarefas de apoio à execução dos projetos de extensão, desenvolvidos internamente.

Paralelamente ao meu trabalho como secretária, no período de 2014 a 2016, participei de processo seletivo via edital aberto à comunidade externa e interna da UFU. Fui selecionada para atuar como tutora em curso de formação de professores, na modalidade semipresencial. O curso de especialização, intitulado “História e Culturas dos Povos Indígenas”, ocorreu sob a gestão da Proexc porque, embora fosse um curso de especialização *lato sensu*, a sua formatação e execução aconteceu de forma indissociada à extensão. O curso surgiu da demanda de professores da Educação Básica em razão dos desafios da efetivação das discussões trazidas pela Lei nº 11.645/2008. A forma como o curso foi trabalhado se deu a partir do diálogo entre os saberes trazidos pelos professores e aquele desenvolvido pela Universidade, sendo que interação entre esses saberes possibilitava sua reelaboração, promovendo o efetivo referenciamento social do saber universitário.

De fato, a experiência no curso de especialização, em amplo sentido, materializou a afirmação de Freire (2011 p. 40) de que o ponto fundamental na formação de professores se dá no momento em que estes refletem criticamente sobre suas práticas, pensando como as práticas de ontem e hoje podem refletir nas próximas. As falas e os depoimentos dos professores envolvidos no curso foram bastante reveladores dessa práxis, materializando para mim a percepção de que a presença da extensão na formação inicial e continuada docente cumpre efetivo e importante papel não apenas na atuação protagonista dos cursistas, mas também no papel formativo de todos os sujeitos envolvidos no processo.

A partir da minha participação nesse curso, levantaram-se outras questões. A primeira foi perceber como a minha própria prática foi alterada, visto que também me transformei ao longo desse processo, ganhando efetivo sentido a ideia – até então abstrata – da indissociabilidade entre o ensino e a extensão. Pude perceber que todo ato que acontece em uma Universidade deve ter um cunho educativo e formador, e esses atos, por sua vez, devem impulsionar um desenvolvimento pessoal e social,

mas, também, que o saber e o conhecimento produzido pela Universidade só ganha e realiza seu potencial no efetivo diálogo com o saber do outro, em que ambos os saberes interagem, se retroalimentam e, nesse processo, se reelaboram, produzindo um novo, que já não é mais o saber universitário ou o da comunidade. É, de fato, um saber novo, pesquisado, testado, refletido, como é próprio da Universidade, mas é, também, um saber referenciado pelas demandas daqueles que experienciam a realidade, o dia-a-dia em que o saber universitário objetiva fazer sentido.

Logo, alimentado disso – dessa experiência real e prática que produz um conhecimento e saber que só advém desse experienciar – possibilita o saber universitário também se renovar e se ampliar, tornar-se mais denso, rico e amplo do que aquele que inicialmente se dispôs para o diálogo inicial. Esse enriquecimento é muitas vezes revelado em falas de docentes ou estudantes da universidade quando dizem “vimos aqui para trazer algo e voltamos muito mais enriquecidos do que quando chegamos” ou ainda, “viemos ensinar o que sabemos e aprendemos muito mais”.

A segunda questão foi a necessidade de uma formação continuada que ampliasse o meu próprio conhecimento em relação à extensão universitária. Cotidianamente, envolvida com as atividades administrativas, era demandada não apenas sobre aspectos administrativos, mas também sobre o porquê de determinados editais induzirem determinados conteúdos extensionistas ou, ainda, porque procedimentos até então não adotados foram iniciados ou porque ações outrora consideradas como extensionistas estavam sendo revistas. Ainda, em participação nas reuniões de assessoramento e acompanhamento de comissões, foi ficando cada vez mais nítido para mim que a própria UFU inscrevia-se em um processo de reelaboração sobre o que consiste, qual o papel e quais os desafios da extensão universitária na instituição. A percepção desse movimento foi bastante interessante, pois o que ficava claro é que não se tratava de um processo em que a resposta para essas questões adviessem de documentos já prontos ou já consolidados. O movimento era oposto.

De fato, era essa discussão no âmbito da Proexc/UFU (e em outras pró-reitorias de extensão que integram as demais universidades) que alimentava e reelaborava um processo permanente de construção do saber universitário. Um processo de construção do saber que não advinha só de professores coordenadores ou gestores de extensão, mas de todos os envolvidos na construção cotidiana da extensão o que,

sem dúvida, envolve também o saber técnico-administrativo. Sob tal condição, a questão que para mim se colocou pessoalmente foi como eu poderia colaborar para a reelaboração dos saberes extensionistas da UFU e, dessa maneira, como efetivamente participar do fortalecimento da extensão universitária na UFU.

Na sua condição de Universidade, o conhecimento e práticas desenvolvidas na UFU impactam a reprodução social no território em que está inserida, de forma bastante significativa, não apenas pelo perfil do profissional formado, mas também por intermédio de seus projetos de extensão e pesquisa que diagnosticam e retroalimentam os saberes formativos desenvolvidos. Para Chauí (2003, p. 5), a Universidade é

Uma instituição social e como tal exprime de maneira determinada a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade como um todo. Tanto é assim que vemos no interior da instituição universitária a presença de opiniões, atitudes e projetos conflitantes que exprimem divisões e contradições da sociedade. Essa relação interna ou expressiva entre universidade e sociedade é o que explica, aliás, o fato de que, desde seu surgimento, a universidade pública sempre foi uma instituição social, isto é, uma ação social, uma prática social fundada no reconhecimento público de sua legitimidade e de suas atribuições, num princípio de diferenciação, que lhe confere autonomia perante outras instituições sociais, e estruturada por ordenamentos, regras, normas e valores de reconhecimento e legitimidade internos a ela. (CHAUÍ, 2003, p. 5).

Assim sendo, é a partir de como uma universidade lida com essas divergências de opiniões, além das mudanças provocadas e sofridas por todos que a compõem, é que entendemos como ela se assume como espaço formador, produtor e difusor de conhecimento e se afirma como instituição social que acompanha e legitima as demandas de uma sociedade em constante transformação. E ainda que tal processo se dá de forma mais rica e ampla se dele fizerem parte as interações dialógicas entre os saberes da Universidade e comunidade, sendo que todos os envolvidos com a extensão – professores, técnicos administrativos e estudantes – devem, de maneira contínua, investir na formação nos preceitos da extensão universitária. No entanto, se por um lado não há dúvidas quanto à efetiva contribuição de professores e discentes, por outro essa concepção não é tão consensual quanto ao saber técnico.

Para Wanderley (2017, p. 36), se existe um consenso unânime que confere à Universidade a função de produção e difusão de conhecimento, há também uma aceitação válida para a maioria de que é nela que se pode ter contato sistemático com

a cultura universal e ainda com culturais locais, conceitos, teorias, explicações etc. O autor afirma, ainda, que se isso já era certo em tempos remotos, hoje, com o impacto dos meios de comunicação, as discussões e a troca de experiências e saberes as instituições têm a possibilidade de se aprofundarem por meio de encontros, seminários, intercâmbio entre cientistas, docentes, técnicos administrativos, estudantes e a literatura publicada.

Ao tratar da difusão de conhecimentos, Wanderley (2017) menciona a participação dos técnicos administrativos, juntamente com professores e alunos nessa difusão. Ele traz, ainda, que essa integração da comunidade universitária alavancou uma reforma na qual os funcionários (nome dado pelo autor aos técnicos administrativos), organizados em associações, iniciaram um processo de reivindicações, tendo como alguns itens de pauta um plano de carreira e a corresponsabilidade entre o acadêmico e o administrativo, no que couber.

Essa luta contínua de reconhecimento pela carreira do técnico culminou na aprovação de uma legislação que garante direitos, deveres e oportunidades de formação ao longo de sua carreira. Destacamos, entre elas, a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, que trata da estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e o Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, que institui a Política Nacional de Capacitação dos Servidores.

No contexto da UFU, a Pró-reitoria de Gestão de Pessoas (Progep), por meio da sua Divisão de Capacitação (Dicap), trabalha na capacitação dos servidores e tem procurado atender às demandas da UFU no sentido de proporcionar a todos os servidores a realização de cursos presenciais e a distância relacionados ao desenvolvimento pessoal e à melhora nos processos de trabalho. A Dicap disponibiliza cursos de capacitação relacionados aos temas de relações interpessoais, libras, gerenciamento de processos, informática, legislações específicas e línguas, entre outros.

Também é perceptível o crescimento gradativo da participação dos técnicos administrativos em atividades educacionais de ensino, pesquisa e extensão. Em relação ao ensino, identificamos a participação deles em tutorias em cursos de graduação, pós-graduação e extensão. Em relação à pesquisa, também estamos progredindo, pois, em 2009, conforme dados contidos no primeiro Anuário

disponibilizado na página da UFU pela Pró-reitoria de Planejamento e Administração (Proplad), o número de técnicos administrativos com mestrado correspondia a 5,67% de um total de 3152. Já no anuário de 2017, esse percentual aumentou para 13,79% em um total de 3126. Em 2018, por demanda dos técnicos administrativos e sob a coordenação da Diretoria de Pesquisa, vêm sendo realizadas reuniões abertas a todos os técnicos da UFU cuja pauta tem como foco encontrar soluções para estimular e viabilizar os trabalhos dos técnicos administrativos pesquisadores.

Em relação à extensão universitária, o PNExt (2001, p. 3) descreveu expressamente em seu texto que

[...] considera a atividade de extensão, pelo potencial da comunidade universitária (professores, alunos, técnicos administrativos), um instrumento incomparável de mudança nas próprias instituições onde se desenvolve e nas sociedades onde essas instituições estiverem inseridas.

Corroborando com este pensamento, a Política de Extensão da UFU também destaca a participação de técnicos administrativos em atividades extensionistas, ao lado dos docentes e discentes. Cabe aqui destacar que, atualmente, todos os editais vigentes na Proexc/UFU preveem a participação dos técnicos administrativos como proponentes, em uma relação de igualdade com os docentes.

Outra importante conquista foi a aprovação da Resolução Nº 04/2017 do Conselho Diretor, estabelecendo o Programa de Apoio à Qualificação (Quali-UFU), em atenção ao Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006. Essa Resolução, além de fomentar a qualificação técnica, tem como objetivo efetivar uma política permanente de formação e qualificação dos servidores da UFU. Portanto, o que se coloca atualmente é que não só o saber técnico é tão relevante quanto os saberes docentes e discente, como a própria UFU o reconhece, incentivando o constante aperfeiçoamento participativo e formativo por meio da capacitação profissional, bem como integrando as comissões e espaços que discutem a Universidade e suas políticas, inclusive no campo da extensão.

Após a aprovação em processo seletivo, e com a possibilidade de fomento para a minha qualificação, ingressei, em 2017, no Mestrado Profissional em Educação Básica, na Universidade de Uberaba.

Com o ingresso no mestrado, dei mais um passo na minha formação profissional, aproximando-me da possibilidade de investigar a importância da

extensão na formação discente, pois segundo Severino (2002, p. 175) “a história particular de cada um de nós se entretela numa história mais envolvente da nossa coletividade”. E não há dúvida que o desenvolvimento formativo do servidor se constitui no próprio desenvolvimento e aperfeiçoamento das práticas da instituição.

Foi também neste mesmo ano que a Proexc/UFU iniciou as discussões em relação às alterações nas Resoluções da Política de Extensão e de Concessão de Bolsas de Extensão e, ainda, sobre a materialização do processo de curricularização da Extensão<sup>1</sup>. Adiante, no decorrer desta dissertação, esses temas serão retomados e discutidos. Contudo, por ora, já é possível afirmar como a experiência formativa no mestrado profissional contribui para a participação nesses espaços de debate.

Outro fator preponderante para a escolha do tema que estudamos deve-se a fato acontecido durante uma aula de uma das disciplinas do mestrado. Ao abordar o tema, a professora afirmou que, para ela, o conceito de extensão apresentava-se um pouco confuso, bem como também lhe causava confusão as diversas formas do fazer extensionista. Indagada sobre o que seria efetivamente a extensão universitária, como ela ocorre na prática e como os seus resultados são mensurados, percebi que, também, para mim, algumas questões referentes ao tema não se revelavam com clareza. E, ainda, especialmente quanto à própria mensuração, esta se constitui como um desafio para as próprias universidades.

A partir de então, procurei aprofundar-me no tema, por intermédio de leituras, bem como de diálogos com colegas servidores lotados na Proexc com maior experiência no fazer e na gestão extensionista, de forma a melhor compreender esse universo. Posteriormente, em diálogo de orientação, a possibilidade de realização de pesquisa acerca de extensão universitária foi sendo amadurecida, tendo como referência buscar compreender como a pesquisa proposta poderia contribuir com a extensão universitária e qual seria nosso ponto de partida.

Nesse contexto, iniciei a pesquisa nos programas de extensão desenvolvidos pela Proexc, momento em que nos definimos pelo Programa de Extensão Integração

---

<sup>1</sup> Embora essa temática seja mais discutida adiante, destaca-se, aqui, que a curricularização da extensão, consiste na necessidade do cumprimento pelas Universidades da meta 12.7 da Lei nº 13.005, que exige que 10% dos componentes curriculares dos discentes de graduação sejam cumpridos em atividades de extensão, nas modalidades programas ou projetos. Tal exigência impõe para as universidades a necessidade de desenvolvimento de estratégias para fazer cumprir o normativo legal imposto pelo Plano Nacional de Educação, na medida em que a exigência imposta exige a ampliação significativa na oferta de atividades de extensão, de forma a abranger possibilitar a todos os estudantes de graduação que cursem o correspondente a 10% da carga horária de seu curso em extensão.

UFU/Comunidade-Peic como objeto de análise. A escolha por esse programa deveu-se, inicialmente, por dois fatos: o programa foi criado pela própria UFU, sendo financiado integralmente e com recursos da própria universidade; e é um programa longo e de caráter contínuo.

Sob tal perspectiva, algumas questões norteadoras para a pesquisa foram colocadas, tais como: a prática extensionista proporcionada por essa vivência contribui efetivamente para a produção do conhecimento? Esse conhecimento é utilizado para alterar a teoria e proporcionar novas experiências? Qual o impacto qualitativo na formação dos discentes envolvidos?

Essa escolha justifica-se por sua relevância social, uma vez que permite analisar e refletir acerca do papel da extensão na formação do discente, ao mesmo tempo em que permite visualizar o direcionamento e a efetividade de recursos públicos destinados pela instituição a projetos dessa natureza. Outra justificativa é a escassez de referências de instrumentais que avaliem as ações de extensão, especialmente quanto à formação dos discentes dos cursos de licenciatura, mensurando a contribuição da extensão para essa formação. Desta maneira, acreditamos que, cientificamente, poderemos contribuir com essa lacuna na avaliação qualitativa da extensão.

Considera-se como pressuposto desta pesquisa que a participação de discentes, docentes e técnicos administrativos na atividade de extensão promove uma aproximação e o intercâmbio entre a instituição formadora (UFU) e as instituições educacionais. Sendo que, por meio desse processo, ocorre a interação dialógica entre Comunidade e Universidade, implicando em importante troca de saberes que, ao mesmo tempo em que contribui para a Comunidade, a Universidade também se beneficia, considerando que tal processo possibilita referenciar socialmente as práticas e saberes universitários.

Se, por um lado a UFU tem como missão formar cidadãos críticos e comprometidos com a ética, a democracia, a transformação social e a comunidade, por outro, encontramos uma sociedade que espera que estes cidadãos desenvolvam seus conhecimentos, buscando a resolução dos problemas por meio de uma ação efetiva e concreta.

De fato, o que se pressupõe é que, por meio da ação extensionista, a Universidade desenvolve maior conhecimento sobre a escola, sua realidade fática,

que, inserida, contribui para a reelaboração de práticas e saberes universitários. Ocorre, então, a integração dessas instituições, por intermédio de projetos, que, desenvolvidos conjuntamente, produzem um saber novo, conjunto, mais rico, abrangente, complexo e em constante reelaboração, o que aproxima o saber da dinâmica do real.

Entretanto, a verificação desse pressuposto faz parte do cerne desta investigação, em que se espera, ao final, contribuir com o apontamento de um instrumento de avaliação para o acompanhamento dos projetos de extensão direcionados à formação de professores e profissionais da educação.

Desta forma, o nosso objetivo é analisar o Peic e seu papel na formação dos discentes dos cursos de licenciatura da UFU que atuam como bolsistas dos projetos ligados à educação, propondo melhorias ao programa.

A partir do nosso objetivo principal, consideraremos os objetivos específicos a seguir:

- a) refletir sobre a relação da extensão universitária e a formação inicial de professores;
- b) situar o Peic no contexto da política de Extensão na UFU;
- c) criar um instrumento avaliativo que possibilite à UFU mensurar o impacto do Peic na formação dos bolsistas dos cursos de licenciatura, participantes dos projetos ligados à educação inseridos do Programa.

A partir das considerações inicialmente apontadas, esta dissertação está estruturada em cinco capítulos. No primeiro capítulo, será desenvolvida a reflexão de escopo geral e basilar acerca da extensão universitária e sua importância na formação dos discentes, momento em que a extensão universitária foi considerada em sua indissociabilidade em relação ao ensino e pesquisa, buscando identificar o seu contributivo nesta formação. No capítulo seguinte, será apresentada a importância da avaliação da extensão no contexto da avaliação universitária. No terceiro capítulo, apresentaremos a metodologia de pesquisa e o caminho percorrido para a construção do instrumento de avaliação. No capítulo quarto, apresentaremos a análise mais direta do Programa de Extensão Integração UFU/Comunidade-Peic, mostrando sua trajetória, desde a criação em 2003 até o edital do ano de 2015, com execução em 2016, considerando a sua função e o seu alcance dentro da UFU. Por fim, no quinto

e último capítulo, exporemos os resultados da análise dos dados e apresentaremos nosso instrumento como uma proposta de avaliação para o referido programa.

## **CAPÍTULO 1 – A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E SUA IMPORTÂNCIA NA FORMAÇÃO DISCENTE E DOCENTE**

Neste capítulo, descreveremos os caminhos percorridos pela extensão universitária em âmbito nacional e na Universidade Federal de Uberlândia, levantando alguns problemas enfrentados e os avanços no sentido da extensão afirmar-se como política pública.

Discutiremos também o seu papel na formação de futuros professores e como uma política de bolsas se faz necessária para a equiparação da extensão ao ensino e à pesquisa.

Para Freire (2011, p. 24),

É preciso, sobretudo, e aí vai um destes saberes indispensáveis, que o formando desde o princípio mesmo de sua experiência formadora, assumindo-se como sujeito também da produção do saber, se convença definitivamente de que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para a produção ou a sua construção.

### **1.1 O encontro entre os caminhos da formação de professores e da extensão universitária**

Certamente, uma das principais características das Instituições Públicas de Ensino Superior (IES) é o investimento na formação docente. Por diversos mecanismos, os docentes são instados à formação no âmbito da pós-graduação – *lato e stricto sensu* – mas também na participação em eventos científicos, projetos de pesquisa, entre muitas formas presentes nessas instituições. Isso porque, reconhecidamente, o ofício docente constitui-se como uma das profissões mais estratégicas para o desenvolvimento social e econômico de um país, pois, segundo Gatti (2009, p. 15),

além da importância econômica, o trabalho dos professores também tem papel central do ponto de vista político e cultural. O ensino escolar há mais de dois séculos constitui a forma dominante de socialização e de formação nas sociedades modernas e continua se expandindo.

Historicamente, a Lei nº 4024/1961 fixou as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, estabelecendo que quem possuísse a formação ginásial e tivesse uma preparação pedagógica receberia o diploma de Regente de Ensino Primário, podendo atuar como professor no ensino primário. Em 1996, a Lei nº 9.394, vigente até a atualidade, estabeleceu as novas diretrizes da educação nacional, trazendo em seu artigo 62 que:

a formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal. (BRASIL,1996).

Estabeleceu, ainda, que União, Estado, Distrito Federal e Municípios atuem em regime de colaboração, promovendo a capacitação e a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério, adotando mecanismos que facilitem o acesso e a permanência em cursos de formação de nível superior.

Para Rodrigues (2014), no período de 2003 a 2012, a educação, como política, passou por mudanças consideráveis, marcando a sociedade brasileira, pois iniciativas foram tomadas para ampliar e assegurar o direito à educação, tanto no que se refere à educação básica, quanto no que diz respeito à educação superior.

Quanto ao desenvolvimento das ações referentes à extensão universitária, esta se inicia no Brasil no início do século XX, sendo concomitante à criação do ensino superior no país. Suas primeiras manifestações ocorreram nos cursos e conferências realizadas na antiga Universidade de São Paulo, em 1911, e nas prestações de serviço da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa (FORPROEX, 1987). Porém, o primeiro registro oficial sobre extensão universitária encontra-se no Decreto-Lei nº 19.851/31, – Estatuto da Universidade Brasileira – e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 4.024/61, basicamente centrados em transmissão de conhecimentos e assistência.

O Decreto-Lei nº 53, de 18 de novembro de 1966, fixou os princípios e as normas de organização para as universidades federais, direcionando o funcionamento do ensino e da pesquisa. A extensão só foi incluída a partir da publicação do Decreto-Lei nº 252, de 28 de fevereiro de 1967, que estabeleceu normas complementares ao decreto anterior, concedendo aos cursos e serviços de extensão a mesma organização do ensino e da pesquisa.

Parágrafo único. Os cursos e serviços de extensão universitária podem ter coordenação própria e devem ser desenvolvidos mediante a plena utilização dos recursos materiais e humanos da Universidade, na forma do que dispõe o Art. 1º do Decreto-Lei número 53, de 18 de novembro de 1966. (BRASIL, 1967).

Apesar de incluída no Decreto–Lei nº 252/1967, Sousa (2001) entende que a extensão foi incluída apenas como uma forma realizadora do ensino e da pesquisa, porém seu caráter articulador com a sociedade já começa a ter lugar de destaque.

Em 1968, a Lei nº 5.540/1968 fixava as normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média. O Art. 40 previa que as instituições de ensino superior:

- a) por meio de suas atividades de extensão, proporcionarão aos corpos discentes oportunidades de participação em programas de melhoria das condições de vida da comunidade e no processo geral do desenvolvimento. (BRASIL, 1968).

Alguns movimentos foram fundamentais nesta busca de afirmação da extensão universitária. No final da década de 1950, a União Nacional dos Estudantes (UNE), por meio de seus estudantes, promoveu movimentos políticos e culturais que tiveram um papel fundamental na formação de lideranças e na extensão. Mais adiante, no final dos anos de 1980, o setor, comprometido com as classes populares, fortaleceu-se, abrindo para o pensar de uma nova universidade, em que a extensão estivesse articulada ao ensino, dentro do espaço acadêmico.

O Fórum Nacional de Pró-reitores de Extensão Universitária (Forproex) foi criado durante o I Encontro Nacional de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, realizado em 1987, apresentando-se como um marco importantíssimo para expansão da extensão universitária. O Fórum configurou-se como um espaço permanente de discussões e durante este encontro foi pactuado um novo conceito de extensão:

A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados,

acadêmico e popular, terá como consequências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/ prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social. (FORPROEX, 1987, p.11).

Porém, foi com a Constituição de 1988 que a extensão ganhou força e visibilidade, pelo menos no âmbito da lei, equiparada ao ensino e à pesquisa, na medida em que foi considerada como saber indissociável para a formação profissional e cidadã do estudante. Temos que todo o movimento anterior que vinha se desenvolvendo por meio do Forproex encontra, então, respaldo na Constituição Cidadã, que reafirma a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e, no parágrafo segundo do artigo 203, garante também o financiamento dessas atividades pelo Poder Público:

Art. 213. Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei [...].

[...]

§ 2º As atividades universitárias de pesquisa e extensão poderão receber apoio financeiro do poder público. (BRASIL, 1988).

Outra garantia constitucional importante foi a da autonomia universitária, o que permitiu às IES estabelecerem as condições necessárias à formação desenvolvida, levando em consideração as especificidades locais e regionais. Entretanto, ainda que se atue dentro da autonomia universitária, é fundamental o estabelecimento de princípios de diretrizes que funcionem como norteadores do fazer educacional e, nesse caso, especificamente, do fazer universitário. Foi a partir dessa necessidade que o conjunto de universidades reunidas no Forproex assumiu o desafio da construção de um documento norteador geral e nacional, surgindo assim, em 1998, o Plano Nacional de Extensão Universitária (PNExt). Conforme o documento:

[...] a produção do conhecimento, via extensão, se faria na troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, tendo como consequência a democratização do conhecimento, a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade e uma produção resultante do confronto com a realidade. (PNEXT, 1998, p. 4).

A ideia do Plano não foi retirar a autonomia das universidades sobre a decisão dos programas de extensão, mas sim apresentar propostas baseadas em valores reconhecidos a partir de um amplo e aberto debate. A partir da criação do PNEExt, o desenvolvimento acerca da concepção e do fazer extensionista foi significativo, alcançando outros instrumentos normativos legais, como por exemplo sua inserção no Plano Nacional de Educação (PNE) 2001-2011, cuja Meta 23 trazia que um mínimo de 10% do total de créditos exigidos para a graduação seriam reservados para a atuação dos alunos em ações extensionistas. Apesar de normatizada, houve poucos avanços na concretização dessa meta.

No PNE 2014-2024, a Meta 12.7 assegura, no mínimo, 10% do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social. A meta do PNE vigente trouxe uma maior definição para se trabalhar a curricularização da extensão nas instituições de ensino superior.

Para Gomes (2015), se esta meta implica em desafio, ela também se materializa em oportunidade do desenvolvimento da extensão, não somente pela ampliação de ações e atividades, mas, principalmente, pela interação dialógica entre os saberes universitários e comunitários, visando o desenvolvimento de ambos.

A Política Nacional e Extensão Universitária, construída de forma participativa a partir do Forproex e das universidades, trouxe diretrizes que devem orientar as ações extensionistas, a interação dialógica, a interdisciplinaridade e interprofissionalidade, a indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, o impacto na formação do estudante e o impacto e transformação social (FORPROEX, 2012). Apesar de não ter se configurado efetivamente como uma política com diretrizes com força vinculatória, tendo em vista não ter sido deliberada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), sua criação foi um marco para a extensão universitária.

Todavia, outro movimento importante de encontro entre a formação de professores e a extensão universitária foi o Programa Nacional de Formação Continuada de Professores da Educação Básica (Parfor) do Ministério da Educação (MEC), especialmente a partir dos anos de 2012.

Certamente, a formação de professores da educação básica consiste em uma preocupação histórica do MEC. Porém, a partir de 2012, esse Ministério iniciou um interessante processo de organização da política de formação e execução da formação

de professores. Inicialmente, fê-lo indicando tratar-se de um processo permanente, daí a ideia de formação continuada, considerando que a formação é um processo contínuo, constante e inerente à própria formação docente. Se tal concepção já perpassava muitas instituições formadoras, ao ser assumida como um dos pressupostos de constituição da política de formação docente, pavimentou o caminho para a efetivação da indissociabilidade com a extensão. Isso porque a ideia que se construiu no processo foi que a formação efetiva do professor se daria pela reflexão de sua própria prática em diálogo com o conhecimento teórico, também fomentado nesses espaços. Logo, a produção teórica norteadora dos cursos necessitou inserir em si mesma os desafios presentes na educação básica. E, ainda, construir os espaços, as “lacunas” que se preencheriam no e com o diálogo com o saber prático-profissional dos professores da educação básica.

Outro efeito interessante foi sobre a (re)definição dos cursos de formação ofertados pelas universidades. O conjunto de cursos produzidos para serem ofertados partiu de amplo diagnóstico produzido pelo MEC em consulta direta e individual aos professores da educação básica, que indicaram temáticas nas quais teriam interesse em serem desenvolvidas e ofertadas como cursos de formação continuada.

Ainda que esse processo possa não ter alcançado todos os seus objetivos e tenha enfrentado dificuldades não previstas – afinal, tratou-se de uma organização nacional da formação de professores no contexto de um país com dimensões continentais e diverso culturalmente – no que tange à extensão, ele teve um efeito bastante rico e significativo. Isto porque, para que funcionasse, as Universidades Formadoras, caso da UFU, foram instadas a organização de um comitê interno da formação básica, sendo obrigatório o diálogo entre as pró-reitorias de ensino, de pesquisa e de extensão. Tal formato, progressivamente, contribuiu significativamente para o diálogo, especialmente entre o ensino e a extensão, de modo que os projetos gestados nas universidades passaram a inserir progressivamente, em algumas de maneira mais ou menos acentuada, a interação dialógica entre saberes. No caso da UFU, especialmente no curso de especialização em que participamos como tutora, a interação se dava na contínua reconstrução dos saberes que, quase simultaneamente, alimentavam-se dos saberes diferentes que se colocavam para o diálogo.

Assim, embora muitos dos cursos ofertados pela UFU tenham sido cursos de especialização – decisão que dialogou com a demanda de professores da educação de

Uberlândia e região – esses incluíram, em seus procedimentos metodológicos e objetivos, os preceitos da extensão universitária, especialmente quanto à interação dialógica dos saberes e sua retroalimentação.

Com relação ao impacto da extensão na formação do estudante, a ele deve ser oferecida a oportunidade de utilizar os conhecimentos teóricos na prática, de desenvolver novas metodologias, colocando-o em contato direto com questões importantes que extrapolam os muros da Universidade. Na relação com a pesquisa, a extensão possibilita a produção de conhecimento na interface universidade e sociedade, e, na sua relação com o ensino, aprofunda a discussão sobre um novo conceito de que a sala de aula deve compreender todos os espaços, dentro e fora da universidade.

Nesse sentido, Moraes e Silveira (2018, p. 6) afirmam que:

a universidade deve aprender com a comunidade buscando uma práxis transformadora tanto da ambiência social, quanto da própria formação acadêmica. Torna-se necessário pensar no avanço que essa concepção revela para a extensão universitária: a troca de saberes, a democratização do conhecimento e a participação da comunidade na universidade.

Porém, para que esse contato tenha um real impacto na formação discente, é fundamental que a universidade abra espaço ao diálogo e discuta esses saberes trazidos pelo aluno no seu retorno do trabalho de campo.

O Plano Nacional de Educação 2001-2011 traz que, na formação inicial, é preciso “superar a histórica dicotomia entre teoria e prática” (BRASIL, 2001, p. 64). E, aqui, entendemos que a extensão pode exercer um papel fundamental na formação inicial de professores. Para Freire (2011, p. 39), é fundamental, na prática da formação docente, que “o pensar certo que supera o ingênuo deve ser produzido pelo aprendiz em comunhão com o professor formador”.

Para Arroyo (2013, p. 162) “quando voltamos o olhar para os nossos educandos e para as origens de nossa formação, encontraremos como cerne a interação com os outros”. Nesse sentido, destacamos o papel do professor na formação do discente de graduação dos cursos de licenciatura, que, futuramente, também terão como ofício formar. Esses discentes exercerão o seu ofício em lugares que já possuem suas dinâmicas e regras pré-estabelecidas. Portanto, é preciso fazer com que percebam a importância de reconhecer os espaços e os saberes seus e dos outros.

Moita (1992) diz que formar-se supõe troca, experiências, interações sociais, aprendizagens, um sem fim de relações. Para Cunha (2013 apud SCOTT, 1994), a experiência é tratada como processo formativo do espaço de encontro do indivíduo com o mundo e tem como resultado permitir ao sujeito formar experiências históricas, individuais e coletivas únicas.

Assim, o que se revela é que a própria prática docente é formativa, processo que se dá em uma dupla dimensão. A primeira é que, no cotidiano do exercício dessa prática, o professor necessita transformar o conhecimento que tem naquele que será transmitido/construído no momento e situação específica. Logo, já não é só o saber prévio, teórico; a esse se soma outro saber que permite a reflexão sobre como organizar e quais os recortes a serem feitos para que o conhecimento se adeque à realidade. A segunda dimensão é que, ao fazer isso, o professor se vê diante da necessidade de verificação se o processo se deu a contento e, mais ainda, a forma como aperfeiçoá-lo. Logo, tem-se um movimento de reflexão que não é mais sobre o conhecimento que se tem e como se deve aplicá-lo, mas sobre isso e, ainda, a partir do que foi realizado, como essa prática poderá se enriquecida. Mas o que a enriqueceria? O conhecimento prévio, a experiência de praticá-lo, a avaliação dessa experiência e, ainda, o retorno daqueles com que se propôs o diálogo, a interação.

No entanto, se o PNE, o PNExt e a Política Nacional e Extensão Universitária são importantes para estabelecer diretrizes nacionais, é fundamental que a Universidade, partindo desse plano, produza suas próprias resoluções, capazes de refletir as suas especificidades, relacionadas à extensão e à formação de professores.

## **1.2 A Extensão na UFU**

Em relação à Universidade Federal de Uberlândia, algumas Resoluções foram aprovadas pelo extinto Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consep) com o intuito de nortear e, principalmente, normatizar os rumos da extensão na UFU.

A Resolução nº 01/88 do Consep trouxe a ideia de como as atividades de extensão deveriam ser programadas e elencava quais seriam os itens que os projetos deveriam apresentar. A Resolução nº 02/90, do mesmo conselho, esclareceu quem poderia apresentar projetos de extensão e, ainda, criou um cronograma a fim de organizar os trâmites dessas propostas.

No ano de 1994, a Pró-reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis (Proex) foi desmembrada da Pró-reitoria de Ensino, Pesquisa e Extensão, conquistando maior autonomia. A partir desse ano, intensificou-se o processo de institucionalização da extensão na UFU, fundamento norteador das discussões dos seminários de extensão nos anos de 1994, 1995 e 1998 (UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, 1996, p. 7).

Em 2000, a Proex organizou e disponibilizou o Manual de Extensão da UFU, em que era possível encontrar todo o histórico da Universidade e informações da Proex: documentos como a Política de Extensão e a Legislação Interna; programas, projetos e atividades, destacando as linhas, caracterizações e fluxos das ações extensionistas, formas de financiamento e ainda instruções sobre as publicações referentes aos resultados do trabalho.

Em 2005, a Resolução nº 07/2005 do Conselho Universitário (Consun) aprovou o Plano de Gestão 2004-2008, que elaborou as suas metas a partir de linhas prioritárias de ações, organizadas em Programas Estruturantes. A extensão foi evidenciada no Programa Universidade Socialmente Qualificada:

A extensão universitária tem papel vital nas relações entre a Universidade e a sociedade. Por meio dela, a universidade cumpre seu compromisso político, reafirmando a necessidade de enfrentamento da questão social do País. Por isso, uma Universidade sintonizada com seu tempo e com a realidade regional, não pode prescindir da extensão, como ação que fomenta e estabelece a dinâmica entre políticas acadêmicas e demandas sociais. A intervenção e reflexão sobre as práticas educacionais, políticas, sociais, econômicas, científicas, culturais e tecnológicas permitem que, além do enriquecimento do processo pedagógico, possa também viabilizar uma interação transformadora entre a Universidade e a sociedade. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, 2005).

Destacamos que, entre essas ações elencadas no programa supramencionado, está a consolidação do Programa de Extensão UFU/Comunidade-Peic, objeto de estudo desta pesquisa.

Por meio da Portaria R nº 529 de junho de 2002, foi constituída uma comissão para propor princípios, normas e diretrizes, analisar as temáticas, trabalhar a divulgação e financiamento das atividades de extensão. A comissão contou com representantes dos discentes, técnicos administrativos e docentes representantes das unidades acadêmicas e especiais. O trabalho da comissão foi dividido em três etapas

descritas abaixo, sendo que as duas primeiras desenvolveram-se concomitantemente: 1) discussões a partir dos conceitos de extensão e como concretizar o papel da extensão no tripé ensino, pesquisa e extensão. Para tal, foram resgatadas as produções de texto, principalmente as criadas a partir das discussões no Forproex, um levantamento das produções de extensão oriundas de universidades públicas e um relatório do Sistema de Informações de Extensão (Siex) para verificarem as atividades extensionistas registradas na UFU; 2) envio de formulário para as unidades acadêmicas, contendo algumas questões que julgaram primordiais para a sua análise e, ainda, visita às unidades acadêmicas e às especiais de ensino, visando discutir a prática extensionista; 3) divisão da comissão em subgrupos a fim de produzirem o texto, sintetizando as discussões desenvolvidas, e apresentação um relatório, ressaltando os questionamentos e proposições.

Desse trabalho, surgiu a primeira minuta que, após passar por algumas alterações, culminou na aprovação da Resolução nº4/2009 do Consun, estabelecendo a Política de Extensão Universitária da UFU, vinculando a extensão à formação profissional, à produção e ao intercâmbio de conhecimentos, visando à transformação social, articulada ao ensino e a pesquisa. Essa Resolução traz ainda os princípios, diretrizes e formas de financiamento possíveis e que resguardam a atividade extensionista na UFU. No texto da Resolução é possível verificar o quão fundamental é a extensão para a formação discente.

Destaca-se como um dos pontos marcantes dos encaminhamentos dessa Resolução, a equiparação das atividades de pesquisa e extensão no processo de progressão docente. Por meio da Resolução nº 05/2008 do Condir, a Resolução nº 13/2007 foi alterada, concedendo esta equiparação. Por outro lado, destaca-se como “derrota” não ter incluído a extensão no currículo, algo que havia sido proposto pela comissão.

As discussões da política universitária na UFU transcorreram ao mesmo tempo em que se discutiam, no país, outras políticas públicas referentes aos mais variados temas. Em 2003, foi retomado o Programa de Fomento à Extensão Universitária (Proexte) – programa criado em 1993 para o financiamento de ações extensionistas e interrompido em 1995 – pelo Ministério da Educação, sob a gestão da Secretaria de Ensino Superior (Sesu), com a denominação de Programa de Extensão Universitária

(Proext). Com a retomada do programa, abriram-se oportunidades de a Universidade Pública captar recursos para o desenvolvimento da extensão.

Atualmente, a Política de Extensão da UFU, Resolução nº 004/2009 do Consun, encontra-se em processo de revisão por comissão designada para este fim. O objetivo da comissão é promover a atualização do fazer extensionista na UFU, considerando que a política da UFU é anterior à Política Nacional de Extensão. A referida comissão, assim como a anterior, é de composição tripartite, com participação de discentes, técnicos administrativos e docentes. O modo como tem sido construído esse processo revisional assemelha-se à construção da primeira resolução. O marco inicial se deu com a oitiva de todas as Unidades Acadêmicas, que foram instadas a contribuir com sugestões. A partir das sugestões, a comissão sistematizou e ampliou as sugestões, produzindo o documento que será remetido ao Conselho de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis (Consex) para aprovação nesta esfera e, posteriormente, ao Conselho Superior Universitário.

Todavia, o trabalho em curso visa promover, além da já citada revisão, também a integração dos demais marcos normativos da UFU que se associam à extensão, de forma a otimizar seu entendimento, alcance e compreensão no âmbito universitário e, assim, contribuir para seu efetivo cumprimento.

Para garantir as condições de realização de extensão, bem como seu acompanhamento, a UFU conta com uma estrutura de apoio às ações de extensão na instituição. Essa estrutura é constituída pelo Conselho de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis (Consex), pela Pró-reitoria de Extensão e Cultura (Proexc), por meio de sua Diretoria de Extensão (Direc) e respectivas divisões.

Além de trabalhar para a regularização e adequação das diretrizes extensionistas, a Proexc é o órgão administrativo que se apresenta como o espaço indutor do diálogo, da articulação e da interação UFU-Sociedade.

Em razão do aumento significativo das atividades de extensão, que tem relação direta com a expansão da UFU via Projeto Nacional de Reestruturação Universitária (Reuni), em 2010, o Consex aprovou a Resolução nº 01/2010, alterada pela Resolução nº 01/2013, que estabeleceu as diretrizes para a constituição das Coordenações de Extensão (Coext) ligadas às Unidades Acadêmicas. Assim, a estrutura anterior vem sendo progressivamente incrementada para atender o crescimento das atividades de extensão na universidade. Essa expansão da estrutura

visa também criar as condições necessárias para cumprimento da meta 12.7 do Plano Nacional de Educação (PNE), que faz referência à exigência dos 10% de atividades curriculares de extensão na formação discente.

Pelo último levantamento, realizado em agosto de 2018, de um universo de 32 unidades acadêmicas e duas unidades especiais da UFU, vinte já criaram ou estão em processo de criação de sua Coext.

O Siex é o sistema de tramitação responsável pela gestão das ações de extensão da UFU. O setor abarca desde o registro até a emissão de certificados, seguindo todo o seu fluxo pela tramitação *online*, passando por todas as instâncias necessárias desde o cadastro pelo proponente até a aprovação do projeto. É a partir desse sistema, que a Proexc fornece as informações da extensão para a avaliação institucional e o anuário da universidade.

A Resolução nº 02/2016 do Conselho Diretor da UFU estabeleceu o modelo de distribuição orçamentária entre as Unidades Acadêmicas, garantindo uma parcela de recursos para os projetos de extensão devidamente registrados no Siex. Por esse mecanismo, a unidade acadêmica recebe uma parcela de seus recursos orçamentários para o ano subsequente vinculado às atividades de extensão realizadas no ano anterior:

Parágrafo único. Para efeito de pontuação, as atividades de extensão deverão ser registradas e deferidas no âmbito da Unidade Acadêmica e/ou Administrativa no Sistema de Registro da Extensão (SIEX/PROEX/UFU) e validadas pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (Proexc) sendo que os conceitos e classificação das diferentes modalidades de extensão deverão ser publicados e mantidos atualizados no sítio eletrônico da Proexc. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, 2016).

A continuidade do fortalecimento do fazer universitário tem se dado por meio da construção do processo de curricularização da extensão na UFU, já citado anteriormente. O trabalho da Comissão responsável, coordenada pela Proexc, é disciplinar as Atividades de Creditação em Extensão (ACE), como um componente curricular dos cursos de graduação da UFU.

### 1.3 A extensão e a formação de professores na UFU

De acordo com Nóvoa (1992), os professores são protagonistas da tarefa educacional e, para tal, faz-se necessário que se assumam como produtores de sua profissão, implicando em desenvolver profissionalismo docente, articuladamente com as escolas e seus projetos. Nesse sentido, o professor não pode se transformar sem que haja uma transformação também das instituições em que ele exerce o ofício.

Corroborando com esse pensamento, Fonseca (1997) aponta que estudos sobre instituições escolares demonstram que, nas sociedades modernas, a escola, além de ser um espaço onde se investe e produz riqueza e onde se estabelecem relações sociais e políticas, apresenta-se, acima de tudo, como um espaço social de transmissão de produção de saberes e valores culturais.

A Política Nacional de Extensão Universitária traz como um de seus princípios básicos que “a atuação junto ao sistema de ensino público deve se constituir em uma das diretrizes prioritárias para o fortalecimento da educação básica através de contribuições técnico-científicas e colaboração na construção e difusão dos valores da cidadania” (FORPROEX, 2013, p. 59).

Na Resolução da Política de Extensão da UFU está previsto:

Art. 2º - A extensão na Universidade Federal de Uberlândia – UFU é regida pelos seguintes princípios: I – tem a função de promover a integração ensino/pesquisa, reafirmando-se como processo acadêmico não desvinculado da geração e difusão do conhecimento; II – tem caráter educativo, constituindo parte essencial da formação técnico-científica e cidadã do aluno. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, 2009).

Nesse sentido, entendemos que a Escola de Educação Básica (Eseba) torna-se um espaço de muito interesse para projetos de extensão com impactos em diferentes dimensões, como no processo de ensino aprendizagem, na gestão e na formação de professores, podendo atender aos discentes dos 29 cursos de licenciatura da UFU.

Como já citado anteriormente, a UFU possui a sua política de extensão definida sob a forma de Resolução. A Proexc desenvolve ações como programas, projetos, eventos e cursos nas áreas temáticas da extensão, a saber: comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, trabalho e educação com foco na formação de professores.

Encontram-se alocados na Proexc programas e projetos com financiamento nacional, como Programa de Extensão Universitária (Proext) e o Pacto pela Alfabetização na Idade Certa (Pnaic).

A UFU aprovou, no Proext, no período de 2003 até 2016, dezenove programas e projetos dentro da linha da educação. Com relação ao Pnaic, o programa teve seu início em 2012 e sua última edição encerrou-se no final do primeiro semestre de 2018.

Encontram-se também vinculados à Proexc o Comitê Gestor Local de formação Inicial e Continuada de Profissionais da Educação Básica da Rede UFU de Formação Continuada (Comfor/UFU) e a Rede UFU de Formação Continuada, responsáveis por garantir a indução, a articulação, a coordenação e a organização de políticas públicas e ações de formação inicial e continuada de profissionais de educação básica.

Já no âmbito interno, com recursos do orçamento da própria universidade, temos o Programa de Extensão Integração UFU Comunidade (Peic), criado no ano de 2003. O programa tem como foco a formação de discentes na e pela extensão.

A formação de professores da UFU constitui-se em um rico e complexo processo que envolve sua própria condição de principal instituição de formação inicial em licenciatura em Uberlândia e região.

Entretanto, além da formação inicial, a instituição atua na formação continuada, ou seja, na formação de profissionais da educação que já se graduaram, mas que buscam a continuidade de sua formação profissional. De fato, todas as unidades acadêmicas que ofertam os cursos de licenciatura oferecem programas de Pós-Graduação *stricto sensu* da UFU, em que, muitos dos mestrandos e doutorandos são professores da educação básica. Contudo, a UFU também tem ampla tradição na oferta de cursos de especialização, aperfeiçoamento e extensão voltados para professores da educação básica, sendo estes financiados com recursos do MEC ou com recursos próprios.

Além do benefício direto para os professores da educação básica, a UFU também se beneficia amplamente na oferta da formação continuada, na medida em que essa é um importante mecanismo para atualização da instituição quanto à realidade da educação básica que, por sua vez, reelabora a própria formação desenvolvida no nível da formação inicial. Assim, diversos cursos de formação continuada oferecidos pela UFU, bem como a presença do professor da educação

básica em seus mestrados e doutorados, conformam um importante e complexo modo de formação em que universidade e sociedade se beneficiam ampla e mutuamente.

#### 1.4 A política de bolsas de extensão

Entendemos que uma política de concessão de bolsas coloca-se como um fator indispensável para garantir essa formação técnico-científica e cidadã do aluno. Nesse sentido, destacamos a Lei nº 12.155/2009, que dispõe:

Art. 9º Fica o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE autorizado a conceder bolsas para alunos e professores vinculados a projetos e programas de ensino e extensão voltados a populações indígenas, quilombolas e do campo.

Art. 10. Ficam as instituições federais de educação superior autorizadas a conceder bolsas a estudantes matriculados em cursos de graduação, para o desenvolvimento de atividades de ensino e extensão, que visem:

I - à promoção do acesso e permanência de estudantes em condições de vulnerabilidade social e econômica; e

II - ao desenvolvimento de atividades de extensão universitária destinadas a ampliar a interação das instituições federais de educação superior com a sociedade.

Art. 12. As bolsas previstas nos arts. 10 e 11 adotarão como referência os valores das bolsas correspondentes pagas pelas agências oficiais de fomento à pesquisa, bem como as condições fixadas em regulamento do Poder Executivo, que disporá, no mínimo, sobre:

I - os direitos e obrigações dos beneficiários das bolsas;

II - as normas para renovação e cancelamento dos benefícios;

III - a periodicidade mensal para recebimento das bolsas;

IV - as condições de aprovação e acompanhamento das atividades, programas e projetos no âmbito das instituições de educação superior ou pesquisa;

V - a avaliação das instituições educacionais responsáveis pelos cursos;

VI - a avaliação dos bolsistas; e

VII - a avaliação dos cursos e tutorias. (BRASIL, 2009).

Em 2010, essa lei foi regulamentada pelo Decreto nº 7.416/2010:

Art. 1º A concessão das bolsas previstas nos arts. 10 e 12 da Lei no 12.155, de 23 de dezembro de 2009, por instituições federais de educação superior a estudantes de cursos de graduação para desenvolvimento de atividades de ensino e extensão universitária, será promovida nas modalidades de:

I - bolsas de permanência, para a promoção do acesso e permanência de estudantes em condições de vulnerabilidade social e econômica; e

II - bolsas de extensão, para o desenvolvimento de atividades de extensão universitária destinadas a ampliar e fortalecer a interação das instituições com a sociedade.

[...]

Parágrafo único. As atividades de extensão devem, preferencialmente, estar inseridas em programas e projetos estruturados, com base em linhas de trabalho acadêmico definidas e que integrem áreas temáticas estabelecidas pela instituição, garantindo a continuidade das atividades no tempo e no território, sempre com a participação de estudantes, articulando-se com as práticas acadêmicas de ensino e pesquisa. (BRASIL, 2010).

A aprovação dessa legislação apresenta-se como mais uma conquista para a afirmação da extensão e a garantia de fomento para manter o aluno em um projeto, a fim de tentar garantir a sua formação a partir dela. Contudo, se a UFU já conseguiu avançar no que diz respeito à equiparação às bolsas do ensino e da pesquisa, ainda está em desvantagem quanto a uma política nacional específica de aporte de recursos às bolsas de extensão.

Em 2010, o MEC lançou o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid). O programa oferece bolsas de iniciação à docência aos alunos de cursos dos cursos de licenciatura que se dediquem ao estágio nas escolas públicas.

Dessa forma, o programa objetiva inserir os licenciandos no cotidiano escolar, dando a eles a oportunidade de criação e participação em práticas docentes inovadoras que busquem superar os problemas do processo ensino-aprendizagem. O programa busca também articular a educação superior e a educação básica dos sistemas estaduais e municipais e contribuir com a valorização do magistério.

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic) foi o primeiro programa institucional criado para apoiar a política de iniciação científica de estudantes de graduação. O Pibic objetiva contribuir para a formação científica de recursos humanos que se dedicarão a qualquer atividade profissional, envolvendo seus participantes a se tornarem produtivos no campo na pesquisa, ampliando o acesso e a integração do estudante à cultura científica. O programa não trata especificamente dos alunos da licenciatura, nem de escola públicas, mas a educação está contemplada nas áreas de conhecimento para a propositura e desenvolvimento de projetos.

O Programa de Extensão Universitária (Proext), principal edital de fomento à extensão de 2003 a 2016 – instituído apenas em 2008, por meio do Decreto nº 6.495 – e os programas do seu último edital tiveram seus prazos prorrogados até 30 de junho

2018. O Proext destinava-se a apoiar as instituições públicas de educação superior no desenvolvimento de projetos de extensão universitária. Em seu § 2º, do Art 2º, trazia as condições para a participação no programa:

§ 2º São condições mínimas para participação nas chamadas públicas do PROEXT:

I - os projetos de extensão deverão se ater exclusivamente aos temas estabelecidos no edital específico;

II - os projetos deverão obedecer às diretrizes de natureza acadêmica e de relação com a sociedade;

III - as equipes responsáveis pelo desenvolvimento dos projetos deverão ser compostas majoritariamente por professores e estudantes de graduação da própria instituição; e

IV - a coordenação da equipe executora deverá ficar a cargo de um docente do quadro efetivo da instituição na qual o programa ou projeto for desenvolvido. (BRASIL, 2008).

Em relação ao item III, referente à formação da equipe, verifica-se que o decreto exigia que esta fosse formada com a participação dos estudantes, mas em nenhum momento mencionava a obrigatoriedade de destinação de recursos para o pagamento de bolsas. Quanto aos seus editais, a referência ao pagamento era feita de forma discricionária, trazendo em seus textos que as instituições federais poderiam conceder bolsas de extensão e, apesar de os proponentes entenderem a importância do discente na participação do programa ou projeto, ela não se fazia de forma obrigatória.

Dessa forma, verificamos que, se no campo da pesquisa e do ensino a garantia de concessão de bolsas aos alunos já se encontra institucionalizada no campo das políticas, com recursos definidos e direcionados às IES, ainda há muito que se caminhar para que o mesmo aconteça na extensão.

Na UFU, a Resolução nº 02/2013 estabeleceu as normas que regulam as bolsas de extensão. Trouxe em seu texto direitos e deveres do discente bolsista, responsabilidades do coordenador da ação e critérios de concessão. É importante ressaltar que, dentro da política de fortalecimento da extensão, a universidade garantiu recursos financeiros e igualou o valor e o tempo dessas bolsas, de forma que o bolsista de extensão reúna as mesmas condições de desenvolvimento que aqueles vinculados às bolsas de ensino e pesquisa.

Como resultado de discussões por uma comissão nomeada pela Proexc, foi publicada a Resolução nº 02/2018, do Consex, que revisou a concessão de bolsas de extensão. Esta nova resolução ajustou os direitos e deveres dos bolsistas e

coordenadores, reafirmando a importância desse benefício para a realização das ações de extensão na UFU. Porém, anterior à aprovação da resolução que tratava da concessão de bolsas, em 2003, foi instituído o Programa Institucional de Estágio Acadêmico de Extensão Remunerado (Pieex), vigente de 2007 a 2009.

O Pieex chegou a configurar-se como uma possível modalidade de extensão nas primeiras discussões referentes à política de extensão da UFU, trazendo como definição estabelecer a relação teoria/prática, interagindo com a sociedade, procurando referenciar a sua formação técnica, associada aos problemas próprios da profissão para a qual está se formando. Pela proposta da Resolução, a Proexc seria responsável por estabelecer as diretrizes e parcerias com as unidades escolares para a realização de estágios pelos alunos dos cursos de licenciatura. Contudo, com o avanço das discussões e da própria construção acerca de qual é o campo específico da extensão a partir do qual essa se estende para a interação/indissociabilidade, verificou-se que o estágio, mais afeito ao ensino, não integrava o campo da extensão, de modo que a modalidade não foi contemplada na resolução aprovada em 2009.

O Pieex, lançado em 2007, tinha como objetivos descritos em seu edital, ampliar a participação do estudante nas ações de extensão visando à formação acadêmica do aluno e à melhoria da qualidade de vida da população. Esse edital esteve vigente até 2009, quando foi substituído pelo Programa Institucional de Bolsa de Extensão (Pibex), com execução até 2012. Contudo, os objetivos do programa não foram alterados. A mudança se deu mais em função da denominação, a fim de se evitar confusões em relação ao estágio obrigatório presente na graduação. O que em ambos se observa, porém, é a preocupação com a extensão como elemento fundamental da formação discente, justificando não apenas as políticas de incentivo, mas a própria discussão e desenvolvimento de estratégias para inserir cada vez mais a extensão na prática e no fazer universitário.

Esses editais financiavam exclusivamente bolsas de extensão e um dos documentos obrigatórios era o plano de trabalho e o currículo do aluno, oferecendo condições à comissão de avaliar qual o melhor plano em relação ao cumprimento das atividades extensionistas. Outro ponto que merece destaque é a obrigatoriedade do bolsista apresentar os resultados do seu trabalho, sob a forma de painel, exposição oral, artigos, entre outras formas de divulgação. Nesse sentido, garantia-se a difusão

do conhecimento adquirido pelo aluno e, ainda, oportunizava-se o acompanhamento e o resultado do seu aprendizado por meio do projeto de extensão.

Atualmente, todos os bolsistas de extensão são selecionados por meio de edital, amplamente divulgado na universidade, a fim de garantir informação a todos os discentes que se interessarem em participar, bem como a transparência no processo. Pela listagem de pagamento referente ao mês de agosto de 2018, fornecida pela Assessoria Administrativa e Financeira da Pró-reitoria de Extensão e Cultura (Asaex), a Proexc tem um total de 257 discentes recebendo como bolsistas de extensão, sendo 86 pertencentes ao Peic.

## **CAPÍTULO 2 – A AVALIAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E SEU LUGAR NA PRÁTICA EXTENSIONISTA**

Neste capítulo, nos dedicamos a verificar a avaliação institucional e como a extensão se localiza nesse contexto. Apresentamos, ao final, os indicadores apontados pelo grupo de trabalho formado pelo Forproex.

Segundo Barbisan et al. (2004, p.11) “a avaliação é presença frequente em todos os campos da vida humana, manifestando-se de diversas maneiras, embora nem sempre tomamos conhecimento deste fato”.

No gerenciamento de um processo, o ciclo PDCA (Planejar, Implementar, Executar, Verificar, Agir), criado por Walter Shewhart, na década de 1920, e disseminado para o mundo na década de 1950 pelo professor americano Dr. Edwards Deming (FELTRACO et al., 2012), é uma ferramenta que pode contribuir nessa avaliação nas mais variadas situações. Planejar uma atividade, iniciá-la e executar a tarefas propostas, avaliar, a fim de comparar com o planejado, e agir para fazer os ajustes necessários se enquadram em processos desde a gestão de uma grande empresa ou órgão público até o preparo de uma apresentação de trabalho em sala de aula.

Para Maximiano (2006), o processo administrativo compreende as funções de planejamento, organização, liderança e outros processos de gestão de pessoas, execução e controle. Para o autor:

Controlar, em essência, é um processo de tomar decisões que tem por finalidade manter um sistema na direção de um objetivo, com base em informações contínuas sobre as atividades do próprio sistema e sobre o objetivo. O objetivo torna-se o padrão de controle e de avaliação do desempenho da atividade. (MAXIMIANO, 2006, p. 64).

Para Dias Sobrinho (2010), a avaliação é a principal ferramenta para a implementação de reformas educacionais, pois,

A avaliação e transformações educacionais se interatuam, ou seja, a avaliação é um dos motores importantes de qualquer reforma ou modelação e, reciprocamente, toda mudança contextual produz alterações nos processos avaliativos. (DIAS SOBRINHO, 2010, p. 195).

A Lei nº 10.861/2004 instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). Em seu Art. 3º, traz o objetivo da avaliação nesse contexto:

Art. 3º A avaliação das instituições de educação superior terá por objetivo identificar o seu perfil e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais, dentre elas obrigatoriamente as seguintes:

I – a missão e o plano de desenvolvimento institucional;

II – a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades

III – a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;

IV – a comunicação com a sociedade;

[...]

VIII – planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional. (BRASIL, 2004).

Verifica-se que a extensão aparece de forma expressa uma única vez, especificamente no inciso II. Porém, podemos notar a sua presença implícita em pelo menos mais dois momentos distintos: na responsabilidade social da instituição e na comunicação com a sociedade, uma vez que a extensão se caracteriza por propiciar a relação direta entre a comunidade externa e interna, devendo, o conhecimento construído a partir desta relação, beneficiar ambas as partes.

Belloni (1996) afirma que a avaliação da educação superior tem por objetivo o autoconhecimento e a tomada de decisão com a finalidade de aperfeiçoamento, devendo ser global e envolver todas as atividades e instâncias da instituição e de todos os seus sujeitos. Nesse sentido, a extensão não pode se abster de um processo de investigação para verificar se as atividades extensionistas atingem os resultados pretendidos.

O Forproex, desde a sua criação em 1987, segue com as discussões em torno da extensão universitária no que diz respeito ao seu reconhecimento, orçamento, equiparação à pesquisa e ao ensino, inserção no currículo e a sua importância na avaliação institucional.

O Encontro Nacional do Forproex de 1991 já apresentava como recomendação que a atividade de extensão deveria se submeter à avaliação como as demais

atividades, sugerindo, inclusive, a participação da comunidade externa. O Encontro de 1993 teve como tema pontual a avaliação da extensão no contexto da autonomia universitária. A ideia foi promover estudos a fim de se estabelecer indicadores próprios para a mensuração da extensão, definindo que a avaliação contemplasse, de um modo geral, fatores de ordem interna, relacionados com a função acadêmica, e fatores de ordem externa, relacionados à função social da universidade.

Em maio de 1999, foi criado o Grupo de Trabalho de Avaliação a fim de que as discussões não fossem interrompidas. Em 2001, o Forproex publicou o Volume 3 da *Coleção Extensão Universitária*, com o resultado do trabalho do grupo, apresentação dos pressupostos, aspectos metodológicos e indicadores qualitativos e quantitativos. Os trabalhos foram realizados a partir do entendimento do Fórum em relação à avaliação da extensão que deveria abordar três níveis inter-relacionados:

- O compromisso institucional para a estruturação e efetivação das atividades de extensão;
- O impacto das atividades de extensão junto aos seguimentos sociais que são os dessas atividades;
- Os processos, métodos e instrumentos de avaliação das atividades de extensão. (FORPROEX, 2001, p. 28).

Cada um desses níveis foi relacionado a indicadores específicos. Elencamos, abaixo, os indicadores relacionados ao compromisso institucional:

1. O grau de formalização da extensão na estrutura universitária;
2. A definição clara das políticas institucionais com explicitação de metas e prioridades;
3. Conceituação e tipologia das atividades de extensão;
4. A existência de sistemas de informação sobre as atividades desenvolvidas;
5. O grau de participação da extensão no orçamento da universidade;
6. O grau de valorização nas carreiras docente e técnico-administrativa;  
A existência de programas institucionais de fomento às atividades de extensão;
7. O envolvimento dos docentes nas atividades;
8. A interação das atividades de extensão com o ensino e pesquisa e a inserção das atividades de extensão nos programas departamentais. (FORPROEX, 2001, p. 28-29).

Quanto aos impactos sociais, apresentam-se os seguintes indicadores:

1. relevância social, econômica e política dos problemas abordados nas instituições;
2. segmentos sociais envolvidos;
3. interação com órgãos públicos e privados e segmentos organizados;
4. objetivos e resultados alcançados;
5. apropriação, utilização e reprodução, pelos parceiros, do conhecimento envolvido na atividade de extensão; e
6. efeito de interação resultante da ação da extensão nas atividades acadêmicas. (FORPROEX, 2001, p. 30).

Com relação ao terceiro e último nível, entende-se como a formalização de instrumentos específicos que envolvem as instâncias acadêmicas na avaliação dos métodos, processos e instrumentos de avaliação.

Embora a construção de indicadores tenha demandado significativo esforço do Forproex, a mesma não foi efetiva ou amplamente adotada. Por um lado, essa não adoção é também indicativa de um processo em construção e que, ao se construir, também enfrenta a discussão de até que ponto a avaliação não se constitui como um processo de controle. Por outro lado, também indica que, como processo em construção, as instituições não se identificaram efetivamente com os indicadores avaliativos construídos. Entretanto, talvez o elemento mais interessante desse processo tenha sido a reação do Forproex quanto à recepção dos indicadores de avaliação. Considerando a legitimação das universidades como essenciais ao processo de avaliação e como, ainda, com algo intrínseco à extensão, o Forproex não deu por encerrado o processo de construção de indicadores, mas sim, o retomou, ampliando a participação das universidades em sua construção. Tal postura é indicativa do que, afinal, é essência e essencial à extensão: de não se ver como processo pronto acabado, mas em permanente construção que, por sua vez, se dá no e em razão do diálogo de saberes.

Ainda em 2001, corroborando com esse pensamento, o Plano Nacional de Extensão Universitária 2001-2011, trouxe como um de seus objetivos tornar permanente a avaliação institucional das atividades de extensão universitária como um dos parâmetros de avaliação da própria universidade, ratificado mais adiante, em 2012, pela Política de Extensão Universitária.

Assim como ocorreu uma expansão universitária, uma evolução tecnológica e um aumento dos temas abordados pela extensão, não poderia ser diferente com a avaliação e, em 2001, o Grupo de Trabalho de Avaliação foi reorganizado, tornando-

se uma Comissão Permanente de Avaliação da Extensão (Cpae). Como resultado de mais um trabalho, em 2009, a Cpae publicou o Volume 8 da *Coleção Extensão Universitária*, apresentando as práticas e discussões da Cpae, tratando das reflexões acerca da avaliação da extensão como sendo um processo constante, necessário e político essencial às instituições de ensino.

Para a Comissão, a importância da avaliação encontra-se na confirmação incontestável do papel da extensão como um componente acadêmico capaz de impulsionar mudanças profundas na formação do aluno. Portanto, pelas palavras de Santos et. al (2013, p. 83), “se a extensão não for constantemente avaliada, como poderemos valorá-la, propormos novamente uma ação ou até mesmo comprovarmos que os recursos foram bem aplicados?”

Dalben e Vianna (2008, p. 34) afirmam que, para haver o desenvolvimento das propostas de avaliação baseadas em indicadores, é necessário que a extensão construa indicadores “auditáveis (possíveis de verificação), mensuráveis (valores numéricos) e comparáveis (indicadores únicos ou similares para todas as IES)”, a fim de conferir veracidade ao processo.

Ainda em relação aos debates relacionados à avaliação da extensão, em 2017, o Forproex publicou um Relatório de Pesquisa denominado “Indicadores Brasileiros de Extensão Universitária (IBEU)”. O estudo foi desenvolvido por um grupo de trabalho interinstitucional, criado em 2015, formado por representantes de sete instituições, sendo quatro universidades federais e três estaduais, a saber: Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade do Estado do Pará (UEPA), Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERJ) e Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

O grupo apresentou, ao longo de seu relatório de trabalho, 52 indicadores brasileiros de extensão universitária, deixando claro que a ideia não foi definir um conjunto de indicadores, e sim, criar uma base de referência nacional em que as instituições possam se apoiar, pensar e planejar a partir de suas particularidades. Apresentamos, a seguir, o quadro com os indicadores selecionados:

Quadro 1 – Indicadores brasileiros de extensão universitária apresentados pelo GT formado a partir do Forproex

Dimensões de Avaliação	Indicadores	Objetivos	Unidade de medida	Fórmula de cálculo
Política de Gestão (PG): a missão da universidade incorpora a função extensionista em sua finalidade, objetivos. <b>Total de 13 indicadores</b>	1. Importância estratégica da extensão universitária	Avaliar a presença da extensão na definição da missão institucional da IES (caracterizar sua importância ao nível estratégico)	Qualitativa binária: sim ou não	Não se aplica
	2. Estrutura organizacional de suporte à extensão universitária	Identificar nas IES a existência de órgãos defini, responsáveis pela implementação de normas e regulações	Qualitativa binária: sim ou não	Não se aplica
	3. Institucionalização de programas e projetos de extensão	Avaliar o nível de oferta aos alunos matriculados na instituição (em regime presencial) de programas e projetos institucionalizados	Quantitativa, proporção: alunos/programas e projetos	= N° de alunos de graduação presencial matriculados no ano / N° de programas e projetos institucionalizados
	4. Valorização da prática extensionista como critério de promoção na carreira	Avaliar a incorporação de critérios de promoção funcional associados ao envolvimento em ações de extensão no Plano de Carreira dos Servidores	Qualitativa binária: sim ou não	Não se aplica
	5. Formação em gestão da extensão para servidores dos órgãos/setores responsáveis pela extensão	Avaliar a proporcionalidade do número de horas de treinamento em gestão da extensão universitária disponibilizada anualmente aos servidores (incluindo gestores)	Quantitativa, proporção: horas de treinamento/servidor	= N° de servidores da extensão capacitados no ano/ n° total de servidores da extensão
	6. Participação dos servidores da extensão em eventos da área	Avaliar a proporcionalidade do número de eventos e congressos de extensão universitária com a participação de servidores da extensão (incluindo gestores)	Quantitativa, proporção: eventos/servidor	= N° de participações ativas em eventos/ número total de servidores
	7. Capacitação em extensão promovida ou apoiada pela pro-reitoria (ou	Avaliar a participação em treinamentos em extensão de docentes, técnicos administrativos e	Proporção: participantes/eventos	= N° de participantes capacitados no ano / n° total de eventos promovidos por ano

	equivalente) aberta à comunidade acadêmica	alunos de modo a despertar o interesse pela prática extensionista		
	8. Garantia da qualidade na extensão	Identificar a existência de procedimentos formais e sistematizados para avaliação e aprovação de propostas, acompanhamento da execução e resultados de ações de extensão	Qualitativa, binária: SIM ou NÃO	Não se aplica
	9. Taxa de aprovação de propostas de extensão em editais externos	Avaliar o percentual de projetos e programas submetidos e aprovados em editais externos	Quantitativa, percentual (%)	= (Nº total de propostas de programas e projetos de extensão aprovados com financiamento/ Nº total de propostas de programas e projetos de extensão submetidos) x 100
	10. Taxa de conclusão de ações de extensão	Identificar o quantitativo de ações de extensão concluídos no tempo pré-definido (com apresentação de relatório final)	Quantitativa, percentual (%)	= (Nº anual de ações de extensão finalizadas no prazo / número total de ações com prazo para acabar no ano) x 100
	11. Recursos do orçamento anual público voltado para a extensão	Identificar o percentual de recursos aprovados no orçamento ordinário da IES destinados exclusivamente à extensão	Percentual (%)	= (Orçamento anual destinado exclusivamente à extensão / Orçamento total da IES no ano) x100
	12. Recursos da extensão captados via edital público externo	Avaliar a capacidade institucional para captação externa de recursos via editais governamentais, fundos, outros	Quantitativa, percentual (%)	= (Orçamento de captação externa para extensão no ano / orçamento total da extensão no ano) x 100
	13. Recursos para extensão captados via prestação de serviços acadêmicos especializados	Avaliar a capacidade institucional para captação externa de recursos via prestação de serviços	Quantitativa	= Total de recurso captado no ano
Infraestrutura (Infra): informa sobre as	1. Disponibilidade de espaço físico adequado para	Avaliar a adequabilidade dos espaços físicos	Quantitativa, proporção: área/servidor	= Área administrativa da pró-reitoria (ou equivalente) em

condições físicas e gerenciais reais e sobre as possibilidades de consolidação de metas almejadas. <b>Total de 8 indicadores</b>	órgãos/setores de gestão da extensão	disponibilizados pelas IES para atividades administrativas das pró-reitorias de extensão	extensão (ou equivalente)	metros quadrados / Nº de servidores da pró-reitoria (ou equivalente)
	2. Estrutura de pessoal nos órgãos/setores de gestão da extensão	Avaliar a proporcionalidade das ações de extensão em relação ao quantitativo de servidores (técnico-administrativos) permanentes na(s) unidade de gestão da extensão universitária	Quantitativa, proporção: ações extensionistas/servidor	= Nº anual de ações de extensão aprovadas / Nº de servidores técnico-administrativos da extensão em todas as unidades de apoio à extensão
	3. Disponibilidade de equipamentos adequados para eventos culturais	Avaliar a disponibilidade de espaços culturais com infraestrutura adequada (teatros, salas de exposição, cinemateca etc.)	Qualitativo: SIM ou NÃO	Não se aplica
	4. Disponibilidade de espaços esportivos adequados	Avaliar a disponibilidade de espaços esportivos com infraestrutura adequada (ginásios, quadras de esporte, etc.)	Qualitativo: SIM ou NÃO	Não se aplica
	5. Disponibilidade de espaços adequados de apoio ao empreendedorismo	Avaliar a disponibilidade de espaços de apoio ao empreendedorismo com infraestrutura adequada (incubadoras, escritórios de apoio etc.)	Qualitativo: SIM ou NÃO	Não se aplica
	6. Logística de transporte de apoio à extensão	Avaliar a capacidade de atendimento de demandas de transporte para as ações de extensão	Avaliar a capacidade de atendimento de demandas de transporte para as ações de extensão	$= (\text{N}^\circ \text{ de solicitações de transporte para ações de extensão atendidas} / \text{N}^\circ \text{ total de solicitações de transporte para ações de extensão}) \times 100$
	7. Acesso e transparência das ações de extensão	Identificar a existência de bases de dados e de ações de extensão disponíveis para consulta pública	Qualitativa, binária, SIM ou NÃO	Não se aplica
	8. Sistemas informatizados de apoio à extensão.	Identificar a existência de infraestrutura de sistemas de informação com a finalidade de apoiar a	Qualitativa, binária, SIM ou NÃO	Não se aplica

		extensão: inscrição, acompanhamento e controle, prestação de contas das ações extensionistas		
<p>Plano Acadêmico (PA): analisa as possibilidades de extensão na vida acadêmica, valorizando experiências desenvolvidas por docentes, técnicos administrativos e alunos.</p> <p><b>Total de 9 indicadores</b></p>	1. Regulamentação de critérios para inclusão da extensão nos currículos	Identificar a existência de regulamentação para inclusão da extensão nos currículos dos cursos de graduação.	Qualitativa, binária: SIM ou NÃO	Não se aplica
	2. Nível de inclusão da extensão nos currículos	Identificar o nível de inclusão da extensão nos currículos dos cursos de graduação.	Quantitativa, percentual (%)	= (Nº de cursos de graduação com extensão incorporada no currículo / Nº total de cursos de graduação da IES) x 100
	3. Articulação extensão-ensino	Identificar a percentagem de programas e projetos de extensão articulados com o ensino	Quantitativa, percentual (%)	= (Nº de programas e projetos integrados com o ensino / Nº total de programas e projetos de extensão no ano) x 100
	4. Articulação extensão-pesquisa	Identificar a percentagem de programas e projetos de extensão articulados com a pesquisa	Quantitativa, percentual (%)	= (Nº de programas e projetos integrados com a pesquisa / Nº total de programas e projetos de extensão no ano) x 100
	5. Contribuições da extensão para o ensino e a pesquisa	Avaliar contribuições geradas a partir da relação dialógica universidade e demais setores da sociedade, materializadas em: novas linhas e grupos de pesquisa implantados, mudanças curriculares, novas metodologias, outras	Qualitativa, binária: SIM ou NÃO	Não se aplica
	6. Proporção de estudantes graduação envolvidos em extensão	Avaliar o nível de participação de estudantes em ações de extensão universitária e o consequente empenho institucional	Quantitativa, percentual (%)	(Nº de estudantes de graduação em regime presencial envolvidos em ações de extensão / Nº total de estudantes de graduação em regime presencial da IES)
	7. Participação geral da extensão no apoio ao estudante	Avaliar o quantitativo de bolsas de extensão em relação ao total de bolsas concedidas para alunos de graduação,	Quantitativa, percentual (%)	= (Nº anual de bolsas de extensão para alunos de graduação / Nº total anual de bolsas para alunos de graduação)

		exceto as bolsas de assistência estudantil		excluindo assistência estudantil) x 100
	8. Participação de docentes na extensão	Avaliar o nível de participação direta (coordenação e/ ou execução) de professores em ações de extensão universitária	Quantitativa, percentual (%)	(Nº de técnicos administrativos do quadro permanente da IES envolvidos em ações de extensão / Nº total de técnicos administrativos do quadro permanente da IES) x 100
	9. Participação de técnicos administrativos na extensão	Avaliar o nível de participação direta (coordenação e/ ou execução) de técnicos administrativos na extensão	Quantitativa, percentual (%)	Nº de técnicos administrativos do quadro permanente da IES envolvidos em ações de extensão / Nº total de técnicos administrativos do quadro permanente da IES) x 100
<p>Relação Universidade-Sociedade (RUS): revela de que modo as atividades de extensão estão presentes nas sociedades e a interação com a sociedade no sentido de transformações recíprocas.</p> <p><b>Total de 13 indicadores</b></p>	1. Representatividade social na IPES	Identificar a participação de representantes da sociedade civil nas instâncias deliberativas da instituição (conselhos, câmaras, comissões e outros)	Qualitativa: SIM ou NÃO	Não se aplica
	2. Parcerias interinstitucionais	Identificar a proporção de convênios, contratos e acordos de cooperação com organizações do setor público, privado e movimentos sociais organizados, em relação ao total de ações de extensão desenvolvidas	Quantitativa, proporção: parcerias/ações	Nº de convênios, contratos e acordos firmados / Nº total de ações de extensão
	3. Envolvimento de profissionais externos na extensão da IPES	Avaliar o nível de colaboração de professores e técnicos administrativos de outras instituições e não acadêmicos com a extensão universitária	Quantitativa, proporção: colaboradores externos / ações	Nº total de ações com colaboradores externos no ano / nº total de ações de extensão no ano
	4. Representação oficial da IPES junto à sociedade civil	Avaliar o nível de representação da IES em entidades da sociedade civil (conselhos, comissões, outros)	Quantitativa, percentual (%)	= (Nº de docentes e técnicos administrativos do quadro permanente da IES em representações da sociedade civil / Nº total de docentes e

				técnicos administrativos do quadro permanente da IES) x 100
5. Meios de comunicação com a sociedade	Avaliar a diversidade das mídias institucionais utilizadas na comunicação: sites, redes sociais, jornais, rádios, TV, outras	Qualitativos: modalidades de mídia		Não se aplica
6. Alcance da prestação de contas à sociedade	Identificar os mecanismos utilizados para prestar contas à sociedade dos recursos recebidos, atividades desenvolvidas e resultados alcançados	Qualitativa: relação de instrumentos de prestação de contas utilizados		Não se aplica
7. Público alcançado por programas e projetos	Identificar o alcance dos programas projetos de extensão junto à comunidade externa	Quantitativa, proporção: pessoas atendidas / programas + projetos		Nº total de pessoas atendidas por programas e projetos no ano / Nº total de programas e projetos apoiados no ano
8. Público alcançado por cursos e eventos	Identificar o alcance das ações de extensão junto à comunidade externa por meio de cursos e eventos	Quantitativa, proporção: pessoas atendidas / cursos + eventos		Nº total de pessoas atendidas por cursos e eventos no ano / Nº total de cursos e eventos apoiados no ano
9. Público alcançado por atividades de prestação de serviço	Identificar o alcance das ações de extensão (prestação de serviço) junto à comunidade externa	Unidade de medida – Quantitativa		= Nº total anual de pessoas física e/ou jurídicas atendidas por prestação de serviço
10. Ações de extensão dirigidas às escolas públicas	Avaliar o grau de compromisso da IES com o ensino público	Quantitativa, percentual (%)		(Nº de ações de extensão dirigidas às escolas públicas / Nº total de ações de extensão registradas) x 100
11. Professores da rede pública atendidos em cursos de formação continuada	Avaliar o grau de compromisso da IES com o ensino público.	Quantitativa, proporção: professor/		curso = Nº de professores da rede pública atendidos / Nº total de cursos de extensão ofertados
12. Inclusão de população vulnerável nas ações extensionistas	Avaliar o grau de comprometimento social da IES com a população em situação de vulnerabilidade	Quantitativa, percentual (%)		(Nº de ações de extensão dirigidas à população em vulnerabilidade social / Nº total de ações de extensão registradas) x 100

	13. Municípios atendidos por ações extensionistas	Avaliar o percentual de municípios atendidos pelas ações de extensão em relação ao total de municípios que são abrangidos pela respectiva IES	Quantitativa, percentual (%)	= (Nº municípios atendidos nas ações de extensão/ Nº de total de municípios abrangidos pela IES) x 100
Indicadores de Produção Acadêmica (Prod): produtos resultantes das ações extensionistas que elaboram e disseminam conhecimento. <b>Total de 9 indicadores</b>	1. Ações de extensão desenvolvidas por modalidade	Avaliar o nível de oferta de ações de extensão (programas, projetos, cursos, eventos e prestação de serviço) relativamente ao total de alunos de graduação da IES	Quantitativa, proporcional	Nº ações / nº de alunos de graduação matriculados em regime presencial
	2. Produção de materiais para instrumentalização da extensão	Identificar a produção de materiais para orientação e apoio ao desenvolvimento das ações de extensão (livros, manuais, cartilhas, outros)	Qualitativo: relação de materiais produzidos nos últimos 2 anos	Não se aplica
	3. Produção de livros ou capítulo com base em resultados da extensão	Identificar a produção de livros ou capítulos produzidos a partir de resultados das ações de extensão	Quantitativa, proporção: publicação/ações	= Nº total de livros ou capítulos publicados com base em extensão no ano / Nº total de programas e projetos apoiados
	4. Publicação de artigos em periódicos com base em resultados da extensão	Identificar a produção de artigos produzidos a partir de resultados das ações de extensão	Quantitativa, proporção: publicação/ações	= Nº total artigos-resumos publicados como resultado das ações de extensão / Nº total de programas e projetos apoiados
	5. Comunicações em eventos com base em resultados de extensão	Identificar a apresentação de trabalhos em eventos (congressos, seminários, colóquios etc.) a partir de resultados das ações de extensão	Quantitativa, proporção: comunicações/ações	= Nº total comunicações apresentadas como resultado das ações de extensão / Nº total de programas e projetos apoiados
	6. Produções audiovisuais	Identificar o número de novas produções áudios-visuais geradas a partir de resultados da extensão	Quantitativa, proporção: produções/ações	= Nº total de produções audiovisuais como resultado das ações de extensão / Nº total de programas e projetos apoiados
	7. Produções artísticas (exposições, espetáculos, outros)	Identificar o número de produções artísticas produzidas e lançadas a partir de resultados da extensão	Quantitativa, proporção: produções/ações	= Nº total de produções artísticas como resultado das ações de extensão / Nº total de programas e projetos apoiados

	8. Empreendimentos graduados em incubadoras	Identificar o número de novas empresas egressas de incubadoras da IES lançadas no mercado	Quantitativa, proporção: empresas/ações	= N° total de empresas graduadas no ano
	9. Cooperativas populares graduadas em incubadoras	Identificar o número de novas cooperativas populares egressas da Incubadoras de Cooperativas Populares da IES.	Quantitativa, proporção: cooperativas populares	= Número total de cooperativas populares graduadas no ano
<b>Total</b>	<b>52 indicadores</b>			

Fonte: A autora (2018). Adaptado do Relatório de Pesquisa Indicadores Brasileiros de Extensão Universitária (FORPROEX, 2017).

## CAPÍTULO 3 – ASPECTOS METODOLÓGICOS

Objetivamos, com este capítulo, explicar a metodologia usada para a construção deste trabalho, coleta e análise de dados e também os passos da sua execução.

### 3.1 Tipo de pesquisa

Para o alcance dos objetivos propostos, foram adotados alguns procedimentos metodológicos essenciais ao seu desenvolvimento, articulados ao aporte teórico e aos procedimentos de levantamento de análise de dados dos projetos que integram o recorte da pesquisa.

As pesquisas, independentes da abordagem, são iniciadas por um grande número de ideias que serão o ponto de partida para a escolha do objeto e da metodologia a ser desenvolvida. Definimos nossa pesquisa com o enfoque qualitativo, sendo do tipo social, descritiva, organizado por meio de um estudo de caso.

Para Bogdan e Biklen (1994, p. 47-51), a investigação qualitativa possui cinco características:

1. Na investigação qualitativa é fonte direta de dados é o ambiente natural; constituindo-se o investigador o instrumento principal; [...]
2. A investigação qualitativa é descritiva; [...]
3. Os investigadores qualitativos interessam-se mais pelo processo do que simplesmente pelos resultados dos produtos; [...]
4. Os investigadores qualitativos tendem a analisar seus dados de forma indutiva [...]
5. O significado tem importância vital na abordagem qualitativa.

Destacamos, aqui, a terceira característica, pois, trazendo o exemplo dos autores para a nossa realidade, deveremos, como investigadores, estar atentos para as relações que se estabelecem entre os discentes e seus pares, e não somente para o resultado final da pesquisa.

Segundo Gil (2008, p. 26), “pesquisa social é o processo que utiliza a metodologia científica, permitindo a obtenção de novos conhecimentos no campo da realidade social”, descrição que remete diretamente ao objetivo proposto no estudo,

uma vez que a extensão viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade.

A pesquisa descritiva segundo Cervo, Bervian e Silva (2007, p. 62) é aquela que tem por característica observar, registrar, analisar e correlacionar fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los. O papel do pesquisador, neste caso, é descobrir qual a frequência e como esses fenômenos ou fatos localizam-se ou posicionam-se dentro de uma determinada estrutura ou método.

Após analisarmos as situações significativas do nosso estudo, optamos pelo estudo de caso, denominado de “forma”, por Cervo, Bervian e Silva (2007, p. 62) ou “estratégia”, por Yin (2005, p. 24).

Bogdan e Bikeln (1994 apud MERRIAN, 1988) trazem que o estudo de caso consiste em observarmos detalhadamente um contexto, um indivíduo, uma única fonte de documentos ou ainda um acontecimento. Os autores definem, ainda, alguns tipos de estudo de caso. Para esta pesquisa, realizamos o estudo de caso de observação.

Ainda para os autores, o foco do estudo centra-se em uma organização ou em algum aspecto específico dessa organização. Já Yin (2005, p. 33) destaca que:

[...] o estudo de caso como estratégia de pesquisa compreende um método que abrange tudo – tratando da lógica de planejamento, as técnicas de coleta de dados e da abordagens específica a análise dos mesmos.

Para Gil (2008, p. 57-58), o estudo de caso se caracteriza por estudar exaustivamente um ou poucos objetos, a fim de conhecê-lo detalhadamente, possibilitando o interesse sob variadas perspectivas de um mesmo problema.

### **3.2 Coleta de dados**

Para a coleta de dados, utilizamos dados primários e secundários, revisão bibliográfica, pesquisa documental e aplicação de questionários semiestruturados.

Segundo Sampieri et al (2013, p. 53), inicialmente é importante conhecer o que foi pesquisado sobre o assunto, estruturar mais formalmente a ideia da pesquisa e selecionar a perspectiva principal a partir dessa ideia. Assim, foi feita uma revisão bibliográfica sobre formação inicial de professores, extensão universitária e seus indicadores de avaliação do ensino superior. Analisamos documentos elaborados pelo

Forproex, legislações norteadoras da extensão universitária e formação de professores, documentos fornecidos pela Diretoria de Extensão/Proexc/UFU, textos publicados em periódicos, sítio do Sistema de Registro de Extensão (Siex), e páginas oficiais da UFU.

Realizamos um levantamento referente à avaliação de programas de extensão universitária nos Periódicos Capes. Utilizamos como busca as expressões programa “extensão universitária” e “avaliação” entre os anos de 2003 e 2017. Selecionamos um total de 178 registros entre artigos e capítulos de livros. Destes, 17 apresentaram avaliação em seus resumos. A partir da leitura destes, pudemos verificar que muitos registros se referiam a outro tipo de avaliação, como avaliação de pacientes, solo, demanda. Nove continham avaliação de discentes, porém, não foram utilizados como base em nossas análises por não contemplarem a ideia da construção de um instrumento avaliativo.

Na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), fizemos uma busca usando os mesmos critérios, por igual período. A busca nos apresentou um total de 245 registros entre teses e dissertações. Após uma segunda busca, por meio dos resumos dos trabalhos, verificamos que 23 mencionaram avaliação de discentes. Ao nos aprofundarmos mais na leitura, chegamos a um resultado de três trabalhos que apresentavam esse tipo de avaliação. Dois deles estão citados em nossas referências e o terceiro não foi utilizado como fonte de nossa pesquisa em função do tema não estreitar relação direta com o nosso.

Procedemos, ainda, uma investigação referente ao Peic desde a sua criação, descrito em capítulo específico destinado ao programa, pois, segundo Ferreira (2002, p. 259), os investigadores são movidos por conhecer o que já se construiu para partirem para algo não realizado. Para tal, se fez necessário acompanhar toda a trajetória do Programa desde a sua elaboração.

Para chegarmos aos objetivos da nossa pesquisa, analisamos os projetos de 2013, 2014 e 2015, este com execução em 2016. Tal justificativa se fez devido à impossibilidade de acesso aos projetos na sua totalidade antes de 2013. Foi a partir deste ano que, obrigatoriamente, o Peic recebeu todas as propostas concorrentes ao edital pelo Siex, conforme explicitado com mais detalhes no capítulo quatro desta dissertação.

Para delinear os projetos a serem trabalhados, solicitamos à Divisão de Sistema de Informação de Extensão e Cultura (Dsiex) informações referentes ao Programa e selecionamos para a nossa pesquisa projetos Peic 2013, 2014 e 2015. A fim de definirmos a amostra com a qual trabalharíamos, estabelecemos critérios de escolha dos projetos: 1) Que foram realizados em escolas; 2) Que traziam em sua proposta a participação dos envolvidos na construção e execução do projeto; 3) Que traziam de forma expressa como público alvo comunidade escolar, professores e alunos; 4) Que traziam como bolsistas discentes dos cursos de licenciatura.

Após selecionarmos previamente dez projetos, analisando-os minuciosamente, contatamos seus proponentes, obtivemos a devolutiva de três<sup>2</sup>. Assim, trabalhamos com três projetos, sendo que um deles foi desenvolvido em duas escolas, perfazendo um total de quatro escolas: E. E. Presidente Tancredo Neves e E. E. Tubal Vilela, em Uberlândia-MG, e E. E. Rotary e E. E. Arthur Junqueira de Almeida, em Ituiutaba-MG. Não tivemos a devolutiva da última escola, fechando nossa mostra em três.

A partir de informações recebidas dos proponentes quanto ao número de professores de educação básica e as informações recebidas da Proexc referente aos bolsistas, o número total para aplicação dos questionários somou 40 pessoas, divididas em três grupos. O primeiro grupo foi formado pelos três proponentes dos projetos Peic selecionados para análise, sendo dois docentes do *Campus* Uberlândia e um docente do *Campus* Pontal. O segundo, formado por professores das escolas de educação básica que trabalharam junto aos proponentes e aos discentes no desenvolvimento das ações de extensão referentes ao projeto, sendo 28 das escolas de Uberlândia e dois da escola de Ituiutaba. O terceiro e último grupo refere-se aos discentes bolsistas participantes do projeto, sendo cinco do *Campus* Uberlândia e dois do *Campus* Pontal.

Posteriormente à seleção dos projetos, o próximo passo foi solicitar a autorização das instituições participantes e construir um questionário semiestruturado para ser aplicado aos participantes do projeto. Os questionários aplicados foram elaborados levando-se em conta os objetivos e as questões apresentadas pela pesquisa e, ainda, os objetivos e as metas dos projetos selecionados. Nossa intenção

---

<sup>2</sup> Os arquivos completos dos projetos estão disponíveis por meio do link <<http://www.siox.proexc.ufu.br/buscarExterno>>, sob os números de registros 10997, 12499 e 13594.

ao aplicar o questionário foi subsidiar a criação do nosso instrumento a partir das diferentes visões de cada envolvido em relação às contribuições do programa para a sua formação.

Optamos por trabalhar o questionário em formato digital, por ser uma forma mais precisa para alcançarmos os discentes que não mais se encontravam na Universidade e os professores que não mais atuavam nas escolas onde foram desenvolvidos os projetos. Uma das escolas nos requisitou que os questionários e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) fossem entregues impressos, e assim procedemos.

Todos os documentos exigidos para a condução da pesquisa foram enviados ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). Após a aprovação no Comitê, o questionário foi enviado a cada participante, juntamente com o TCLE. Foram convidados a participar da pesquisa: proponentes dos projetos selecionados, professores/as participantes dos projetos nas escolas e discentes bolsistas dos respectivos projetos.

Independente de qualquer metodologia utilizada, toda pesquisa oferece minimamente algum risco. No caso específico desta pesquisa, o maior risco foi o reconhecimento da identidade dos participantes. Nesse sentido, a nossa função como pesquisador foi garantir que essas informações fossem resguardadas da melhor maneira possível, a fim de manter o sigilo absoluto.

Os proponentes dos projetos selecionados, os professores das escolas participantes dos projetos e os/as bolsistas foram devidamente informados de como os documentos seriam enviados e armazenados. Todos que responderam aos questionários manifestaram expressamente sua participação na pesquisa pelo TCLE e as instituições participantes assinaram uma autorização para que a pesquisa fosse feita nos respectivos locais de realização dos projetos.

Os TCLE dos participantes e os documentos de autorização enviados pelas escolas ficarão armazenados por um período de cinco anos e, posteriormente, serão incinerados. Os documentos digitais também se encontram armazenados em um arquivo com senha pelo mesmo período e serão excluídos ao final do prazo. O armazenamento físico e digital foi feito no Programa de Mestrado Profissional em Educação na Universidade de Uberaba.

Os momentos de diálogos e as informações dadas de forma espontânea a partir das conversas com os proponentes e visitas aos setores da UFU e às escolas participantes em busca de informações referentes ao trabalho foram de grande importância para o andamento da nossa pesquisa. Esse registro foi efetuado no decorrer do estudo, sendo usado como fonte de consulta, auxiliando a análise de dados.

No segundo capítulo desta dissertação, foram elencados os 52 indicadores apresentados pelo grupo de trabalho formado por representantes de várias IES (Quadro 1). O XLII Encontro Nacional do Forproex propôs, como uma de suas demandas, validar e aplicar os 12 indicadores nas regionais participantes do Fórum. Porém a Comissão Permanente de Avaliação da Extensão (Cpae), dando continuidade às discussões, reapresentou um conjunto de 15 indicadores para o teste piloto, mostrados no Quadro 2. Estes indicadores também compuseram a base da análise para a composição do nosso instrumento.

Quadro 2 – Indicadores selecionados pela Comissão Permanente de Avaliação da Extensão (Cpae)

<b>Indicador</b>	<b>Objetivo</b>
Política de Gestão (PG): (1) PG2: Estrutura organizacional de suporte à Extensão Universitária	Identificar na IES a existência de órgãos definidores de políticas de extensão, responsáveis pela implementação de normas e regulamentações.
(2) PG4: Valorização da prática extensionista como critério de promoção na carreira	Avaliar a incorporação de critérios de promoção funcional associados ao envolvimento em ações de extensão no Plano de Carreira dos Servidores.
(3) PG8: Garantia da qualidade da extensão	Identificar a existência de procedimentos formais e sistematizados para avaliação e aprovação de propostas, acompanhamento da execução e resultados de ações de extensão.
(4) PG11: Recursos do orçamento anual público voltado para extensão	Identificar o percentual de recursos aprovados no orçamento ordinário da IES destinados exclusivamente à extensão.
Infraestrutura (Infra): (5) Infra2: Estrutura de pessoal para gestão da extensão	Avaliar a proporcionalidade das ações de extensão em relação ao quantitativo de servidores (técnico-administrativos) que permanentes na(s) unidade de gestão da extensão universitária.

Indicador	Objetivo
(6) Infra 8: Sistemas informatizados de apoio à extensão.	Identificar a existência de infraestrutura de sistemas de informação com a finalidade de apoiar a extensão: inscrição, acompanhamento e controle, prestação de contas das ações.
Plano Acadêmico (PA): (7) PA1: Regulamentação de critérios para inclusão da extensão nos currículos	Identificar a existência de regulamentação para inclusão da extensão nos currículos dos cursos de graduação.
(8) PA6: Proporção de estudantes de graduação envolvidos em extensão	Avaliar o nível de participação de estudantes em ações de extensão universitária e o conseqüente empenho institucional.
(9) PA8: Participação de docentes na extensão	Avaliar o nível de participação direta (coordenação e/ou execução) de professores em ações de extensão universitária.
Relação Universidade Sociedade (RUS): (10) RUS 2: Parcerias interinstitucionais	Identificar a proporção de convênios, contratos e acordos de cooperação com organizações do setor público, privado e movimentos sociais organizados, em relação ao total de ações de extensão desenvolvidas.
(11) RUS7: Público alcançado por programas e projetos	Identificar o alcance dos programas e projetos de extensão junto à comunidade externa.
(12) RUS8: Público alcançado por cursos e eventos	Identificar o alcance das ações de extensão na comunidade externa por meio de cursos e eventos.
(13) RUS10: Ações de extensão dirigidas às escolas públicas	Avaliar o grau de compromisso da IES com o ensino público.
Produção Acadêmica (Prod): (14) Prod1: Ações de extensão desenvolvidas em relação ao total de alunos da IES	Avaliar o nível de oferta de ações de extensão (programas, projetos, cursos, eventos e prestação de serviço) relativamente ao total de alunos de graduação da IES.
(15) Prod4: Publicação de artigos em periódicos com base em resultados da extensão	Identificar a produção de artigos produzidos a partir de resultados das ações de extensão.

Fonte: Comissão Permanente de Avaliação do Forproex (2018).

A versão final deste documento ainda não foi publicada. No momento, ele passa por complementações no sentido de indicar às IES quais serão os

procedimentos metodológicos e as fontes de informação que nortearão a aplicação e a análise desses 15 indicadores. Esse quadro foi retirado da última versão do documento, nos encaminhada por correio eletrônico por um representante da Cpae.

### 3.3 Análise de dados

O termo “dados”, segundo Bogdan e Biklen (1994, p. 149),

refere-se aos materiais em bruto que os investigadores recolhem do mundo que se encontram a estudar; são os elementos que formam a base da análise [...]. Os dados são simultaneamente as provas e as pistas. Coligidos cuidadosamente, servem como factos inegáveis que protegem a escrita que possa ser feita de uma especulação não fundamentada.

Portanto, é a partir do uso adequado dos dados que o resultado da pesquisa terá credibilidade. Nesta pesquisa, para garantirmos resultados confiáveis, a técnica utilizada para a interpretação dos dados foi a análise de conteúdo, que, segundo Vergara (2005, p.15) “trata-se de uma técnica para tratamento de dados visando identificar o que foi dito em relação a um determinado tema, admitindo tanto uma abordagem quantitativa quanto qualitativa.”

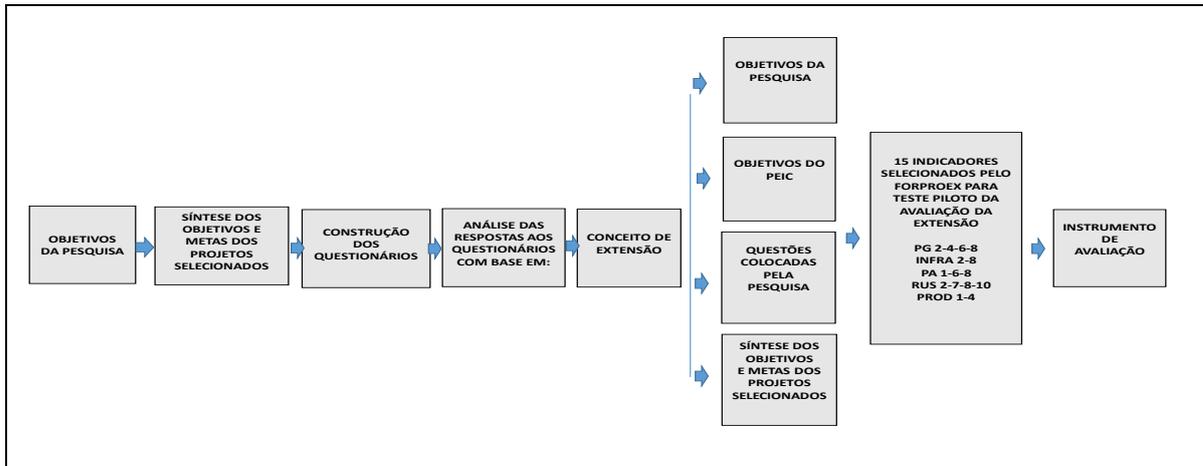
Segundo Bardin (2011, p. 48), a análise de conteúdo é

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Para a autora, essa análise pode ser dividida em: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados (inferências e interpretação).

A análise dos dados foi realizada a partir dos discursos dos envolvidos, levando-se em conta o resultado das respostas dos questionários aplicados em relação à/ao: conceito de extensão, objetivos e questões colocadas pela pesquisa, objetivos do Peic, metas e objetivos dos projetos selecionados e indicadores definidos para a aplicação do teste piloto. O Quadro 3 sintetiza o fluxo dessa análise.

Quadro 3 – Fluxograma de análise para a construção do instrumento de avaliação



Fonte: A autora (2018).

### 3.4 Execução da Pesquisa

Nosso objeto de pesquisa foi definido em novembro de 2017. Durante os meses de dezembro de 2017 e janeiro de 2018 nos dedicamos às leituras, iniciando a nossa pesquisa bibliográfica e documental.

Nos meses que se seguiram, fizemos o levantamento do Peic, selecionamos os projetos a serem analisados e iniciamos as tratativas com os proponentes e com as escolas.

Durante os meses de março e abril/2018, nos dedicamos a preparar o projeto a ser enviado ao Comitê de Ética: procedemos a sua escrita, elaboramos os TLCE e questionários que seriam aplicados aos grupos que compuseram a amostra, preparamos as autorizações e colhemos as assinaturas dos responsáveis pelas instituições participantes da pesquisa.

Enquanto aguardávamos a aprovação do CEP, continuamos com as leituras relacionadas aos temas pertinentes a nossa discussão – avaliação institucional, programas de bolsas e Peic –, iniciando a redação do texto e organizando previamente os dados encontrados.

Em maio/2018, nos dedicamos a enviar os questionários e começarmos a alinhar a escrita, a fim de prepararmos-nos para a qualificação.

Em junho/2018, começamos a receber as devolutivas dos questionários e, assim, iniciamos a tabulação das respostas. Demos continuidade à escrita e à revisão para a qualificação.

Em julho/2018, uma vez aprovados no exame de qualificação, passamos a nos dedicar às complementações e alterações sugeridas pela banca, preparando-nos para a defesa da dissertação e conclusão do mestrado.

## **CAPÍTULO 4 – O PROGRAMA DE EXTENSÃO INTEGRAÇÃO UFU/COMUNIDADE (PEIC)**

Neste capítulo, descrevemos a definição utilizada de programa e o histórico do Programa de Extensão Integração UFU/Comunidade (Peic) e seus projetos, contextualizando-o no que se refere a sua contribuição na formação acadêmica do aluno a partir da extensão universitária. Os estudos foram realizados com base na documentação fornecida pela Proexc/UFU e nas informações coletadas no sítio oficial da universidade.

O Forproex apresentou, como resultado do seu primeiro encontro, em 1987, as conclusões aprovadas nas sessões plenárias referentes ao conceito, à institucionalização e ao financiamento da extensão. Especificamente, em relação ao financiamento, o fórum apresentou que:

Obedecendo ao princípio de descentralização de alocação de recursos, é imprescindível que sejam reservados recursos do tesouro para a extensão, através do destaque orçamentário ou outro mecanismo que garanta disponibilidade permanente de verbas para os programas/projetos de extensão, de modo a assegurar continuidade de atividades. (FORPROEX, 1987, p. 14).

A Política Nacional de Extensão Universitária, aprovada em 2012, afirma que o fortalecimento da extensão universitária depende de mudanças em seu processo de financiamento que garantam, além dos quantitativos, a estabilidade e a transparência dos recursos financeiros. Estes podem originar-se de várias fontes, entre elas:

- a) a partir de recursos aprovados na Lei Orçamentária Anual (LOA), oriundos do tesouro nacional, repassados à universidade e, posteriormente, distribuídos pela administração superior para suas unidades administrativas e acadêmicas;
- b) por meio de recursos oriundos do MEC, realizados a partir de convênios e descentralizações diretamente para um fim, como é o caso do Proext, cujos recursos vêm especificamente para os programas e projetos aprovados;
- c) pelo repasse de recursos procedentes de emendas parlamentares;
- d) por meio das agências de fomento;
- e) pelas parceiras com associações privadas; e

f) por meio de Termos de Ajustes de Conduta (TAC), celebrados entre a UFU e os Ministérios Públicos.

O ano de 2003 marca o início da realização do Peic e também, em todo o país, um período de crescentes discussões relacionadas às políticas públicas referentes aos mais variados temas, dentre eles, a educação superior e o retorno do Proext, principal edital de financiamento da extensão.

Nas palavras de Rodrigues (2014, p. 29), o novo bloco que chegava ao poder para governar o país, a partir daquele ano, compreendia educação como um bem público necessário para a ampliação dos direitos, instruindo no país um espaço público que promoveria a justiça social, o direito dos cidadãos, participação e igualdade. Nesse contexto, a extensão universitária passa a ter um financiamento, que apesar de ainda modesto, é considerado expressivo se comparado aos períodos anteriores.

A retomada do Proext como principal programa de financiamento da extensão em nível nacional e as discussões nos encontros do Forproex ensejaram os debates sobre programas de extensão no âmbito das universidades, bem como a forma de garantir sua institucionalização, continuidade e seu financiamento.

Antes de adentrarmos na investigação do Peic, analisamos, a partir do Programa de Extensão Universitária (Proext), como a definição de programa foi sendo modificada pelo MEC ao longo dos seus editais, bem como as implicações dessas mudanças.

O quadro a seguir demonstra como esse investimento crescente em políticas educacionais permitiram a realização das ações de extensão no âmbito da UFU. Nele, estão apresentados os valores destinados à extensão universitária, aprovados por meio da LOA de 2003 a 2011. Esclarecemos que o levantamento foi realizado na parte referente a esta fonte, por ser ela a origem dos recursos destinados à realização do Peic.

Quadro 4 – Valores de orçamento próprio UFU destinados à extensão

<b>Ano</b>	<b>Valores em reais</b>
2003	196.360,80
2004	149.957,02
2005	589.564,75
2006	768.852,99
2007	1.019.840,04
2008	550.000,00
2009	1.249.721,83
2010	1.149.037,88
2011	2.569.356,06

Fonte: A autora (2018). Elaborado a partir de dados fornecidos pela Diretoria de Orçamento da UFU (2018).

Pelos dados apresentados, percebemos que os valores destinados à extensão, no geral, cresceram significativamente entre os anos 2003 e 2011, apesar do decréscimo do repasse em alguns anos.

Os anos de 2003 e 2004 chamam a atenção porque demarcam um divisor para extensão, sob dois aspectos. O primeiro é que indicam um momento de elevação significativa de recursos financeiros do orçamento da UFU para a extensão. Essa elevação foi importante não apenas pela ampliação das possibilidades de atuação, mas, também, pelo fortalecimento simbólico que implicou a maior destinação de recursos para a extensão. O segundo aspecto implica no movimento interno da Pró-reitoria de Planejamento e Administração (Proplad), que, em 2003, reconhecendo a insuficiência dos recursos destinados para o fomento de programas estratégicos da extensão, como o Peic, garantiu o funcionamento do programa, destinando-lhe recursos adicionais, indicando a importância que esse programa adquiriria na UFU. Tal ação, quinze anos depois, revelou-se bastante acertada, uma vez que este se tornou o principal programa institucional de extensão, constituindo-se em uma referência e um dos mais aguardados programas da Universidade.

A partir de 2012, os valores destinados à extensão foram repassados à UFU juntamente com a verba destinada à assistência estudantil e, pelas informações da

Asaex/Proexc, os repasses efetuados até o ano de 2015 sofreram apenas a reposição das perdas inflacionárias, não configurando um ganho real neste período.

No quadro abaixo, apresentamos a definição de “programa” apresentadas nos editais Proext, nos período de 2004 a 2015:

Quadro 5 – Definição de “programa” a partir do Proext (2004 a 2015)

<b>Período</b>	<b>Definição</b>
2004 <sup>3</sup> a 2009	Entende-se por programa um conjunto de projetos e/ou outras atividades de extensão, vinculados, de caráter orgânico-institucional, com clareza de diretrizes, e voltados a um objetivo comum.
2010 a 2013	Entende-se como programa de extensão o conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão, preferencialmente de caráter multidisciplinar e integrado a atividades de pesquisa e de ensino. Tem caráter orgânico-institucional, integração no território e/ou grupos populacionais, clareza de diretrizes e orientação para um objetivo comum, sendo executado a médio e longo prazo.
2014 a 2015	Entende-se como programa de extensão o conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão, de caráter multidisciplinar e integrado a atividades de pesquisa e de ensino. Tem caráter orgânico-institucional, integração no território e/ou grupos populacionais, clareza de diretrizes e orientação para um objetivo comum, sendo executado a médio e longo prazo por alunos orientados por um ou mais professores da instituição.

Fonte: A autora (2018), a partir dos editais do Proext 2004-2015.

Aqui, consideramos alguns pontos importantes nas alterações sofridas pela definição de programa ao longo dos editais Proext. Os editais correspondentes aos anos de 2004 a 2009 trouxeram somente uma questão mais objetiva do que seria um programa, evidenciando a sua forma de organização.

A mudança sofrida de 2009 para 2010 orienta para uma nova forma de perceber a extensão, articulando os projetos dentro de um programa e tratando da indissociabilidade com o ensino e a pesquisa, chamando a atenção para a integração e a multidisciplinaridade. Essa definição reforça a importância de se desenvolverem ações coletivas, oportunizando a aproximação de diferentes conhecimentos. A definição também destacou o papel da sociedade, mencionado a importância da

<sup>3</sup> Apesar do período de abrangência do Peic trabalhado nesta pesquisa ser 2003-2015, neste quadro, a ausência do ano 2003, deve-se ao fato de não haver distinção precisa sobre o significado de “programa” e “projeto” nos editais Proext.

integração do território e população, fortalecendo a interação dialógica entre a universidade e a sociedade. A importância dessa redefinição reafirma um dos propósitos da própria universidade, posto que, dentre os elementos que apontam para sua importância, destaca-se sua capacidade em impactar o território. Se esse impacto se faz desde o início, a partir do diálogo com a extensão, ele se dá partindo não apenas do que a universidade tem a oferecer, mas também a partir da demanda e das práticas da população localizada no território, processo em que ambas se retroalimentam.

A nova alteração, a partir de 2014, foca nos sujeitos dos programas e projetos, evidenciando o aluno como protagonista da ação extensionista, configurando o professor como orientador das ações. Nesse sentido, para Corrêa (2003, p. 14), essa participação do aluno na extensão, altera significativamente o ensino, deslocando o eixo pedagógico clássico professor-aluno para o eixo aluno-comunidade, com o professor como tutor, formador, educador e pedagogo.

O entendimento do professor como parte de uma ação extensionista resulta da ideia de que ele está auxiliando na formação de um novo professor. Essa relação, de fato, é reveladora de um aspecto bastante interessante. Para Freire (2011, p. 33):

A curiosidade como inquietação indagadora, como inclinação ao desvelamento de algo, como pergunta verbalizada ou não, como procura de esclarecimento, como sinal de atenção que sugere alerta, faz parte integrante do fenômeno vital. Não haveria criatividade sem a curiosidade que nos move e que nos põe pacientemente impacientes diante do mundo que não fizemos, acrescentando a ele algo que fazemos.

No âmbito da UFU, a Política de Extensão apresenta a modalidade programa como:

I – programas – são conjuntos de projetos e de ações extensionistas, de caráter orgânico-institucional, envolvendo ações interrelacionadas, eventuais e ou permanentes, com objetivos gerais comuns. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, 2009).

Por sua vez, o Siex considera como definição de programa, o

Conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão (cursos, eventos, prestação de serviços), preferencialmente integrando as ações de extensão, pesquisa e ensino. Tem caráter orgânico-institucional, clareza de diretrizes e orientação para um objetivo

comum, sendo executado a médio e longo prazo. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, 2011).

Considerando as datas em que a Política de Extensão foi aprovada e o Siex atualizado, respectivamente 2009 e 2011, é possível perceber a semelhança das definições, tomando como base os editais lançados pelo MEC nas datas correspondentes.

O Programa de Extensão Integração UFU/Comunidade (Peic) surge como programa em 2003, propondo-se a apoiar projetos de extensão no sentido de cumprimento da indissociabilidade da extensão com o ensino e a pesquisa, voltados para a formação técnica e cidadã do estudante, produção de novos conhecimento e metodologias e interação com a sociedade.

Desde então, o Peic é o principal programa institucional de fomento às ações de extensão da Proexc/UFU, contemplando, em seus editais, a obrigatoriedade de destinação de parte dos recursos para bolsas de extensão, como uma forma de garantir a formação e a permanência do aluno nos projetos. Os projetos apoiados pelo Peic, desde a sua criação, são selecionados por meio de editais e os proponentes podem ser técnicos administrativos ou professores dos *Campi* da UFU.

Como objetivo principal desta pesquisa, analisamos o Peic a fim de verificarmos de que forma o programa colabora com a formação dos alunos dos cursos de licenciatura da UFU, bolsistas dos projetos da área temática da educação, com o intuito de propormos melhorias ao programa.

Entendemos que estudar a avaliação da extensão na formação de professores por meio do Peic é uma forma de, posteriormente, ampliarmos esta discussão para os programas de formação de professores por meio da extensão em toda a UFU. Por ser um programa criado e desenvolvido pela Proexc, a universidade tem uma maior possibilidade de promover alterações para o alcance do que se propõe ser o papel da extensão na formação do aluno.

A partir de documentos arquivados na Divisão de Apoio a Projetos de Extensão (Dipex), ligada a Diretoria de Extensão (Direc), e de pesquisa na página oficial da UFU, apresentamos, no quadro a seguir, o objetivo, tomado como principal nos editais do Programa entre os anos de 2003 e 2015.

Quadro 6 – Objetivos do Peic

Ano	Objetivo
2003/2004	Incentivar e apoiar 25 (vinte e cinco) projetos de extensão que contribuam para reafirmar essa atividade enquanto processo acadêmico definido e efetivado em função das exigências da realidade, indispensável na formação do(a) aluno(a), na qualificação do(a) docente e no intercâmbio com a sociedade; oferecer respostas às necessidades da sociedade por meio de atividades extensionistas, relacionadas a áreas temáticas definidas pela Política Nacional de Extensão Universitária: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Trabalho na perspectiva da inclusão social.
2005	Incentivar e apoiar projetos de extensão que contribuam para reafirmar essa atividade enquanto processo acadêmico definido e efetivado em função das exigências da realidade, indispensável na formação do(a) aluno(a), na qualificação do(a) docente e no intercâmbio com a sociedade; oferecer respostas às necessidades da sociedade por meio de ações extensionistas, relacionadas às áreas temáticas definidas pela Política Nacional de Extensão Universitária: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Trabalho na perspectiva da inclusão social.
2006	Incentivar e apoiar projetos de extensão que contribuam para reafirmar esta atividade enquanto processo acadêmico definido e efetivado em função das exigências da realidade, indispensável na formação do(a) aluno(a), na qualificação do(a) docente e no intercâmbio com a sociedade; e oferecer respostas às necessidades da sociedade por meio de ações extensionistas relacionadas às áreas temáticas definidas pela Política Nacional de Extensão Universitária: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção e Trabalho na perspectiva da inclusão social.
2007/2008*/2009	Incentivar e apoiar projetos de extensão que contribuam para reafirmar esta atividade enquanto processo acadêmico definido e efetivado em função das exigências da realidade, indispensável na formação do(a) aluno(a), na qualificação do(a) servidor(a) – docente ou técnico(a)-administrativo – e no intercâmbio com a sociedade; e oferecer respostas às necessidades da sociedade por meio de ações extensionistas relacionadas às áreas temáticas definidas pela Política

	Nacional de Extensão Universitária: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção e Trabalho na perspectiva da inclusão social.
2010/2011	Estimular a comunidade acadêmica – professores e técnicos administrativos – a desenvolver propostas voltadas para a melhoria da qualidade de vida da população, ampliando a função social da universidade pública e gratuita e o seu compromisso com a transformação da realidade.
2013	Estimular a comunidade acadêmica (docentes, técnicos administrativos e discentes) a desenvolver propostas voltadas para promover a integração entre universidade e sociedade, ampliando a função social da universidade pública e gratuita e fortalecendo seu compromisso com o desenvolvimento social.
2015	Estimular docentes e técnicos administrativos a desenvolverem propostas de extensão voltadas para promover a integração entre universidade e sociedade, conforme <i>Resolução 04/2009</i> , do Conselho Universitário (Consun), da UFU, que estabelece a Política de Extensão da Universidade Federal de Uberlândia. Objetiva-se contribuir para o desenvolvimento acadêmico do discente, ampliando a função social da universidade pública e gratuita e fortalecendo seu compromisso com o desenvolvimento social.

Fonte: A autora (2018). Elaborado a partir dos Editais Peic (2003-2015).

Pelo quadro acima, é possível acompanhar as variações nos objetivos do edital Peic, ao longo de sua trajetória. Os editais publicados até o ano de 2009 trouxeram em seu texto as áreas temáticas definidas pela Política Nacional de Extensão Universitária. A Política só foi publicizada em 2012 pelo Forproex, mas os documentos memória do Fórum e o PNext (2001-2002) apresentavam a definição destas áreas trazida pelos editais.

Apesar de o programa permitir a participação de técnicos administrativos desde o seu início, foi somente a partir de 2007, que o destaque para a sua qualificação veio expressa nos objetivos do edital, ao lado dos docentes. Enfatizamos uma posição de vanguarda da UFU em relação ao Edital Proext, que até a sua última versão não consentia a proposição de projetos por técnicos administrativos, demonstrando, aqui, mais uma conquista para a categoria na Universidade Federal de Uberlândia.

Outra alteração que devemos considerar foi a ênfase na função social da Universidade quando o programa substitui em seu texto a inclusão social por ampliação do compromisso com a transformação. Essa alteração salienta como o programa amplia a sua compreensão de que além da inclusão, que é um direito de todos, é necessário que se garanta uma transformação por meio das ações extensionistas, reforçando o papel transformador da própria universidade.

Acompanhando as modificações ocorridas ao longo da existência do edital Peic nesses doze anos, podemos perceber que elas aconteceram no sentido de que os projetos apoiados se desenvolvessem na mesma medida em que a extensão também avançava, tendo como propósito seguir as diretrizes sintetizadas na Política de Extensão, visando garantir experiência ao discente na prática e na construção de metodologias, aliadas à reafirmação do compromisso social de uma universidade pública.

Outra mudança no decorrer da execução do programa, que representou um ganho significativo, está na forma de recebimento das propostas concorrentes. Para os editais dos anos de 2003 e 2011, com execução em ano de 2012, as propostas eram entregues impressas, no local mencionado pelo edital. Nomeava-se uma comissão formada por professores e técnicos administrativos responsáveis por acompanharem o processo. Eram selecionados pareceristas que analisavam criteriosamente as propostas, levando-se em conta todos os itens dos editais. A organização do trabalho e a publicação e divulgação dos resultados das propostas aprovadas aconteciam sob a coordenação da Dipex/Proexc, com o apoio das demais divisões.

A partir de 2013, as propostas passam a ser inseridas no Siex pelos próprios proponentes, deferidas pelas suas respectivas unidades acadêmicas e enviadas aos pareceristas via e-mail. Essa mudança, segundo a Dipex, contribuiu sobremaneira para agilizar o processo de seleção, pois, anterior à inserção dos projetos no sistema, todas as propostas tinham que ser copiadas aos pareceristas antes do envio, visto que havia o risco do extravio de documentos durante a tramitação.

Além da redução no tempo de trabalho e economia de recursos na etapa de avaliação das propostas, consideramos a inserção das propostas no Siex um marco em relação à memória e ao registro da extensão, permitindo-nos formar um banco de dados com todas as propostas concorrentes e aprovadas na íntegra. O sistema

permite, ainda, o acesso a todos os bolsistas participantes do programa e ao relatório final dos projetos. Esse banco de dados é imprescindível para a análise qualitativa e quantitativa da extensão, colaborando, ainda, para a transparência quanto à destinação dos recursos, uma vez que os projetos podem ser acessados por qualquer pessoa, seja da comunidade externa ou interna da UFU.

Cabe destacar que a divisão responsável pelo acompanhamento do Peic, no período em que as propostas eram entregues em formato impresso, mantiveram seus arquivos digitalizados organizados, e foram exatamente estes arquivos que nos permitiram o levantamento de dados indispensáveis para a pesquisa. Porém não foi possível o arquivamento e digitalização de todas as propostas na sua íntegra, em função de espaço da Dipex, o que agora pode ser realizado, a partir do registro no Siex.

Baseados nos arquivos digitais fornecidos pela Dipex e nos dados levantados a partir do Siex, apresentamos a seguir os períodos de execução, os valores destinados aos editais do Peic no período de 2003 até 2015 (com execução em 2016), bem como o número de propostas apresentadas e deferidas ao longo desses anos.

Quadro 7 – Apresenta períodos de execução, os valores destinados aos editais do Peic no período de 2003 até 2015 (com execução em 2016) e o número de propostas apresentadas e deferidas ao longo desses anos

<b>Ano do edital</b>	<b>Período de execução</b>	<b>Valor do edital</b>	<b>Valor por projeto</b>	<b>Número de propostas entregues</b>	<b>Número de propostas deferidas</b>
2003	3 meses - outubro a dezembro de 2003	R\$ 200.000,00	20 projetos – até R\$ 5.000,00 5 projetos – até R\$ 10.000,00	47 Uberlândia	17 projetos <sup>4</sup> - R\$ 5.000,00 7 projetos – R\$ 10.000,00
2004	4 meses - setembro a dezembro de 2004	R\$ 200.000,00	20 projetos – até R\$ 5.000,00 5 projetos – até R\$ 10.000,00	56 Uberlândia	21 projetos <sup>5</sup> - R\$ 5.000,00 5 projetos – R\$ 10.000,00
2005	4 meses - setembro a dezembro de 2005	R\$ 150.000,00	Valor máximo de R\$ 5.000,00 (não cita o número de propostas)	53 Uberlândia	33 projetos - R\$ 5.000,00
2006	5 meses - agosto a dezembro de 2006	R\$ 150.000,00	Valor máximo de R\$ 5.000,00 (não cita o número de propostas)	38 Uberlândia	31 projetos - R\$ 5.000,00

<sup>4</sup> Esta reorganização se deu após uma consulta à Procuradoria Geral da Universidade, que instruiu desclassificar os projetos que descumpriram o item relacionado a compras de material permanente, não previstos no edital, redistribuindo o valor restante para a categoria de R\$10.000,00 (informações retiradas da ajuda memória das reuniões da comissão, de 30/09/2003).

<sup>5</sup> Ajustados após uma adequação da divisão financeira (informações retiradas da ajuda memória das reuniões da comissão datada de 1º de setembro de 2004). Segundo ajuda memória da reunião, ficaram na lista de espera aguardando ajuste financeiro dois projetos (valor não mencionado). Porém, na síntese do resultado, encontramos um total de 27 (vinte e sete) projetos. Consideramos, para a pesquisa, o valor da ajuda memória.

2007	6 meses - abril a setembro de 2007	R\$ 150.000,00	Valor máximo de R\$ 5.000,00 (não cita o número de propostas)	11 Ituiutaba 68 Uberlândia	8 projetos Ituiutaba 41 projetos Uberlândia
2008 Ituiutaba	8 meses - abril a novembro de 2009	R\$ 30.000,00	Valor máximo de R\$ 6.000,00 (não cita o número de propostas)	17 Ituiutaba	13 projetos Ituiutaba
2008 Uberlândia	8 meses - abril a novembro de 2009	R\$ 240.000,00	Valor máximo de R\$ 6.000,00 (não cita o número de propostas)	63 Uberlândia	42 projetos Uberlândia
2009	8 meses - fevereiro a setembro de 2010	R\$ 360.000,00 (R\$300.000,00 -Uberlândia e R\$ 60.000,00 Ituiutaba)	Valor máximo de R\$ 6.000,00 (não cita o número de propostas)	23 Ituiutaba 39 Uberlândia	22 Ituiutaba 37 Uberlândia
2010	8 meses – abril a novembro de 2011	R\$ 360.000,00 (R\$300.000,00 Uberlândia e R\$ 60.000,00 Ituiutaba)	Valor máximo de R\$ 6.000,00 (não cita o número de propostas)	24 Ituiutaba 51 Uberlândia	23 Ituiutaba 49 Uberlândia
2011	8 meses - abril a novembro de 2012	R\$ 400.000,00	Valor máximo de R\$ 6.000,00 (não cita o número de propostas)	32 Ituiutaba 05 Monte Carmelo 00 Patos de Minas 100 Uberlândia	21 Ituiutaba 02 Monte Carmelo 00 Patos de Minas 46 Uberlândia
2013	12 meses - agosto de 2013 a julho de 2014	R\$ 700.000,00	R\$ 7.200,00 com 1 bolsista R\$ 12.000,00 com 2 bolsistas	42 Ituiutaba 4 Monte Carmelo 11 Patos de Minas 155 Uberlândia	23 Ituiutaba 2 Monte Carmelo 3 Patos de Minas 79 Uberlândia

2014 <sup>6</sup>	11 meses - fevereiro a dezembro de 2015	R\$ 700.000,00	R\$ 6.800,00 com 1 bolsista R\$ 11.200,00 com 2 bolsistas	26 Ituiutaba 9 Monte Carmelo 7 Patos de Minas 131 Uberlândia	20 Ituiutaba 4 Monte Carmelo 5 Patos de Minas 41 Uberlândia
2015 <sup>7</sup>	10 meses – março a dezembro de 2016	R\$ 700.000,00	R\$ 6.400,00 com 1 bolsista R\$ 10.400,00 com 2 bolsistas	39 Ituiutaba 3 Monte Carmelo 10 Patos de Minas 99 Uberlândia	21 Ituiutaba 2 Monte Carmelo 5 Patos de Minas 45 Uberlândia

Fonte: A autora (2018). Elaborado a partir de documentos disponibilizados pela UFU.

<sup>6</sup> Garantindo pelo menos 20 (vinte) projetos para Ituiutaba, 5 (cinco) para Monte Carmelo e 5 (cinco) Patos de Minas.

<sup>7</sup> Garantindo para Campus Pontal: até 50% (cinquenta por cento) das propostas deferidas oriundas deste campus, até o limite de R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais) e, para Campus Monte Carmelo e Patos de Minas, até 50% (cinquenta por cento) das propostas deferidas oriundas deste campus, até o limite de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais).

O ano de 2007 foi o primeiro a contar com a participação do *Campus* de Ituiutaba e o edital não previa destinação específica de recursos para esse *Campus*.

Em 2008, foi lançado edital para o *Campus* Ituiutaba e outro para o *Campus* Uberlândia. Em 2009, novamente foi lançado um único edital, agora, disponibilizando valores específicos para cada um dos campi. A ideia, em ambas as formas, foi destinar uma parte dos recursos para o *campus* recém-criado, que trabalhava com a dificuldade de se encontrar fora da sede e que, naquele momento, demandava desse impulso para a realização de suas atividades extensionistas. A decisão pelo edital único se deu, segundo informações da equipe executora, pela facilidade no acompanhamento de um único edital.

A partir de 2011, com a criação dos *Campi* de Monte Carmelo e de Patos de Minas, o edital Peic faz uma nova redistribuição de recursos, com vistas a continuar garantindo a expansão da extensão nos *campi* avançados da UFU.

Os editais de 2011 e 2013 não destinaram recursos específicos para os *campi* fora de sede e, em resposta a uma demanda dos professores e técnicos administrativos extensionistas, o edital retomou a ideia da destinação específica a partir de 2014.

Observamos que o valor atribuído ao Edital Peic 2013 teve um acréscimo de mais de 100% se comparado ao de 2011. Esse acréscimo justifica-se em função da junção do edital Peic com o edital do Programa Institucional de Bolsa de Extensão (Pibex), apresentado no capítulo dois. Podemos perceber que esse período coincide com a diminuição do repasse de recursos à extensão, mostrado no Quadro 4 desta dissertação. Dessa maneira, concentrar esforços em um único edital foi a forma encontrada pela gestão e a equipe de otimizar os recursos e garantir a continuidade do Peic.

Ressaltamos que, a partir de 2008, o Edital Peic lançado passou a execução das ações do programa para ano subsequente. Essa mudança justifica-se em função das legislações específicas, obrigatórias ao setor público, referentes aos elementos de despesa disponíveis para o projeto. Com o aumento do tempo de execução do projeto, essa foi uma saída encontrada para não comprometer o andamento dos projetos selecionados.

Desde o ano de 2003, o Peic lançou editais anualmente, excetuando-se o ano de 2012. O motivo foi uma extensa greve ocorrida na UFU que inviabilizou, por

questões administrativas e operacionais, a realização do programa. Um edital foi lançado em 2013 e sua execução foi dividida entre o segundo semestre daquele ano e primeiro semestre de 2014.

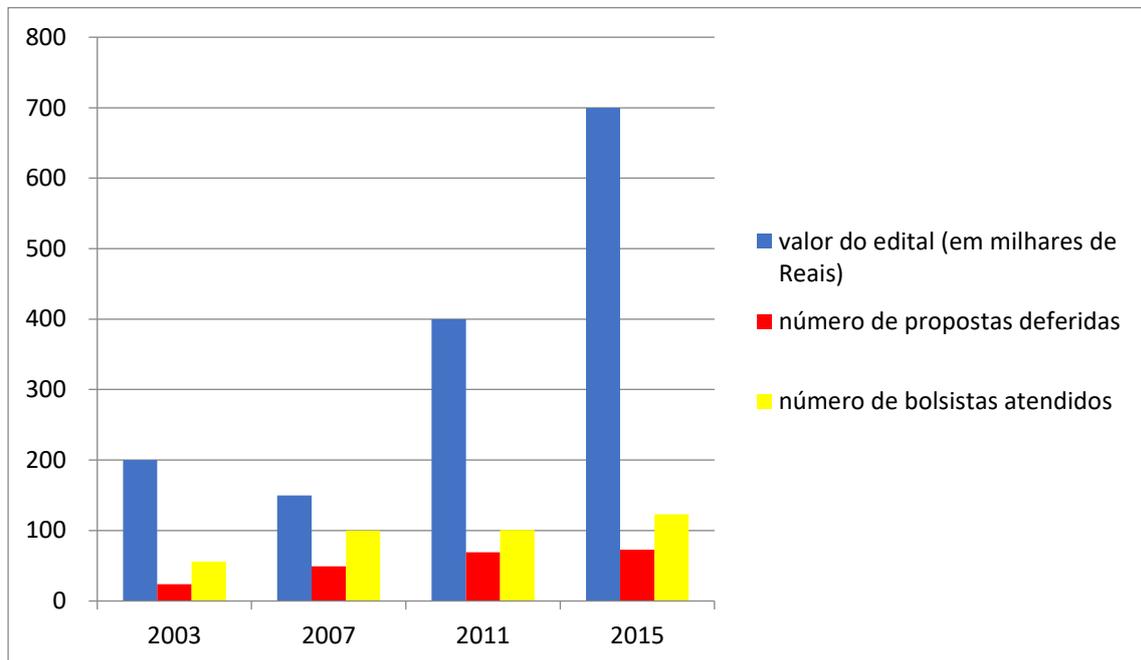
Apresentamos a seguir, um quadro e um gráfico comparativo apontando o valor destinado para o edital, número de projetos e número de bolsistas atendidos ao longo dos anos de execução do programa. Os anos selecionados para compor o quadro e o gráfico referem-se ao ano do primeiro edital, ao primeiro ano com a participação do *Campus Pontal*, ao primeiro ano com a inclusão do *Campus Monte Carmelo* e *Campus Patos de Minas* e ao último ano do edital analisado nesta pesquisa.

Quadro 8 – Relação valor/número de projetos/bolsistas atendidos por ano (anos 2003, 2007, 2011, 2015)

<b>Ano do edital</b>	<b>Valor</b>	<b>Número de Projetos</b>	<b>Número de bolsistas</b>
<b>2003</b>	R\$ 200.000,00	24 Uberlândia	56
<b>TOTAL</b>		<b>24</b>	<b>56</b>
<b>2007</b>	R\$ 150.000,00	8 Ituiutaba / 41 Uberlândia	12 88
<b>TOTAL</b>		<b>49</b>	<b>100</b>
<b>2011</b>	R\$ 400.000,00	21 Ituiutaba / 2 Monte Carmelo / 0 Patos de Minas / 46 Uberlândia	28 02 00 71
<b>TOTAL</b>		<b>69</b>	<b>101</b>
<b>2015</b>	R\$ 700.000,00	21 Ituiutaba / 2 Monte Carmelo / 5 Patos de Minas / 45 Uberlândia	37 04 10 82
<b>TOTAL</b>		<b>73</b>	<b>133</b>

Fonte: A autora (2018). Elaborado a partir de documentos disponibilizados pela UFU.

Gráfico 1 – Relação valor do edital/número de propostas/bolsistas atendidos



Fonte: A autora (2018).

A partir dos dados apresentados no gráfico acima, podemos verificar que o número de bolsistas atendidos não cresceu em mesma proporção que os recursos destinados ao programa. Este fato justifica-se devido à ampliação do período de execução do Peic. Os bolsistas participantes dos projetos referentes aos períodos destacados receberam, respectivamente, três, sete, oito e dez meses de bolsa. Desta forma, garantiu-se um maior tempo de participação do bolsista no projeto, dando a ele a oportunidade de estender a sua formação. A importância dessa extensão do prazo de participação se justifica por diversos fatores, entre eles, a equiparação de prazo e valor da bolsa de extensão com as bolsas da pesquisa e ensino.

Quanto ao aspecto formativo, a ampliação do tempo de duração da bolsa de extensão possibilitou ao aluno permanecer no projeto de forma a abarcar o tempo destinado ao diagnóstico, à execução e à avaliação do mesmo, ou seja, permitiu a ele participar de maneira efetiva de todas as etapas do projeto. Decorre daí, outra vantagem: a ampliação do tempo de realização da ação de extensão na comunidade, fortalecendo a troca de saberes.

Castro (2004, p. 2) afirma que, entre as três funções da universidade, a extensão é a que carece de maior investigação, uma vez que as pesquisas relacionadas a ela focam mais no seu processo histórico, deixando em segundo plano a prática no dia a dia, suas contribuições e consequências na formação dos discentes, neste caso, especificamente, os discentes dos cursos de licenciatura.

Pensando em analisar esta prática diária e a suas implicações, entendemos justificá-la por meio do Peic diante da constatação de que esse programa, mesmo não tendo sido institucionalizado por meio de Resolução, solidificou-se e foi adotado por todas as gestões que sucederam sua implementação, conforme aponta os quadros anteriores. Cabe ressaltar que, no momento da escrita desta dissertação, o processo para a institucionalização do Peic já havia sido encaminhado ao Consex com previsão de pauta para relatoria.

Também é importante destacar que a plataforma do Siex já possui um modelo de relatório final de avaliação do projeto, e o edital Peic traz em seu texto a obrigatoriedade de preenchimento do relatório de participação em edital anterior como pré-requisito para participação no edital seguinte. Nesse relatório, o coordenador registra o acompanhamento do bolsista, com base nos seus instrumentos de avaliação e ponto de vista. A ideia, com o nosso instrumento de avaliação, é alcançar a visão do aluno em relação à sua formação e torná-lo participante dela.

## **CAPÍTULO 5 – PROPOSTA DE AVALIAÇÃO PARA O PEIC**

Neste capítulo, apresentamos a avaliação na Universidade Federal de Uberlândia, o resultado da análise dos dados a partir dos questionários aplicados, bem como o nosso instrumento de avaliação propriamente dito.

### **5.1 A avaliação na Universidade Federal de Uberlândia**

A Universidade Federal de Uberlândia tem como missão

Desenvolver o ensino, a pesquisa e a extensão de forma integrada, realizando a função de produzir e disseminar as ciências, as tecnologias, as inovações, as culturas e as artes, e de formar cidadãos críticos e comprometidos com a ética, a democracia e a transformação social. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, 2015).

Para Santos (2005, p. 216), se de um lado a avaliação parece estar em contradição com a autonomia universitária, do outro parece ser desta, um correspondente natural. Afinal, avaliar-se é elemento fundamental para verificar os caminhos percorridos, os resultados alcançados e formas de avançar nesse processo. Assim, se avaliação comporta a dimensão de controle, trata-se também do controle sobre sua própria ação, como elemento fundamental de sua própria evolução.

A avaliação da UFU é de responsabilidade da Comissão Própria de Avaliação (CPA) composta com base na Resolução nº 28/2012 do Consun. É constituída por dois professores, dois técnicos administrativos, um estudante da graduação e um estudante de pós-graduação, indicados por suas respectivas entidades de classe, dois representantes da administração superior, e um representante de cada uma de duas organizações da sociedade civil, escolhidos pelo Reitor, sob a coordenação do/a Diretor/a de Avaliação Institucional.

A CPA, com base nos princípios do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, promove a autoavaliação institucional, propondo diretrizes e instrumentos das atividades de ensino, pesquisa e extensão, com vistas a nortear sua busca rumo ao alcance do compromisso proposto em sua missão. Para isso, torna-se fundamental um retorno a sua comunidade externa e interna.

Também se encontram, entre as funções da CPA, apresentar o relatório consolidado desta avaliação, elaborar pareceres e recomendações ao Plano

Institucional de Desenvolvimento e Expansão (Pide), propondo alterações ou correções, quando for o caso. Na página da UFU encontramos relatórios referentes aos anos de 2001-2005, cadastrado pelo MEC em 2008, e referentes ao período de 2009 a 2017.

Os relatórios e pareceres da CPA mostram a visão da comunidade acadêmica em relação a questões como ensino, pesquisa, extensão e infraestrutura. A partir desses apontamentos, as unidades administrativas, acadêmicas e especiais, fundações e demais órgãos que compõe a estrutura da UFU, têm como planejar suas ações, em razão do grau de urgência e necessidade, orientando a administração superior em suas linhas de atuação e destinação de recursos.

Entendemos que ao avaliar uma instituição com 20.271 alunos, 3.302 técnicos administrativos e 1.779 professores<sup>8</sup>, fica impossível fazê-la qualitativamente abarcando todos os seus aspectos. Nesse sentido, entendemos que uma avaliação minuciosa, por tema específico, deve ficar a cargo de cada unidade administrativa, acadêmica ou especial.

A equipe da Proexc/UFU tem procurado, a partir dos resultados das avaliações institucionais, analisar seus pontos positivos e negativos para que a realização das ações de extensão seja cada vez mais aparente na universidade e possam, realmente, se equiparar ao ensino e à pesquisa. Nesse sentido, a equipe já está se preparando para, no final de 2018, iniciar a avaliação da extensão com os indicadores selecionados pelo Forproex para o teste piloto.

Cabe destacar que a Proexc/UFU avalia e reavalia regularmente suas ações no sentido de aperfeiçoá-las. Os editais passam por revisões contínuas, bem como as ações referentes à execução dos projetos. As reuniões de equipe e de gestão têm espaço amplo para debates que visam uma melhor organização da estrutura de funcionamento da pró-reitoria, bem como a dos fluxos processuais, otimizando os trabalhos e propiciando um melhor atendimento aos públicos interno e externo a fim de uma extensão qualificada.

Para a Comissão Permanente de Avaliação da Extensão (Cpae), uma pró-reitoria poderia avaliar ações de extensão em vários aspectos. No caso específico da nossa pesquisa, a ideia do instrumento seria avaliar a efetividade do Programa de Extensão Integração UFU/Comunidade (Peic).

---

<sup>8</sup> Esses dados foram extraídos do Anuário publicado em 2017 com base em 2016.

Para Santos et al. (2013, p. 92) a efetividade medirá os resultados obtidos logo após o término do Programa, que podem ou não ser duradouros. Questões como o que mudou no estudante envolvido ou como essa mudança impactou na sua formação acadêmica podem ser alcançadas por meio de uma avaliação de efetividade.

## 5.2 Resultados

Este item apresenta os resultados da pesquisa e encontra-se dividido em dois grandes blocos. Em primeiro lugar, apresentamos o resultado da análise dos dados que foram coletados com o envio dos questionários aos proponentes, professores da educação básica e discentes bolsistas selecionados para a pesquisa, averiguando como eles sentiram o Peic e viram o projeto acontecer e, em um segundo momento, a apresentação do nosso instrumento de avaliação.

### 5.2.1 Resultado da análise dos dados

Dos 40 questionários aplicados, tivemos a devolutiva de treze, sendo dois proponentes, dois discentes e nove professores da educação básica. A quantidade de respostas recebidas correspondeu a um total de 32,5% do número total de questionários enviados, garantindo respostas de representantes dos três segmentos e com representação dos três projetos selecionados. Nesse sentido, a análise nos apresentou um comparativo de diferentes pontos de vista dos participantes dos projetos. Ao compararmos as respostas<sup>9</sup> em relação aos critérios estabelecidos para balizar a nossa análise, apresentamos alguns pontos que merecem ser destacados.

Retomando o conceito de extensão, no sentido de ser um processo educativo que promove a interação transformadora entre sociedade e a Universidade, detectamos, por meio de algumas respostas que, por vezes, não alcançamos tal retorno, pois ainda encontramos a dificuldade de acesso às escolas para realizarmos as ações do projeto:

*Que sugestões/críticas você nos apresentaria para tornar o trabalho desse projeto mais produtivo e eficaz?*

Aluno 1: A grande limitação dos projetos é a entrada nas escolas, talvez uma parceria mais forte com as escolas.

---

<sup>9</sup> Todas as respostas encontram-se nos Apêndice desta pesquisa.

Pode-se inferir, pela experiência empírica acompanhada por nós a partir da Proexc e das informações colhidas durante as tratativas com as escolas, que esta dificuldade possa originar-se pela falta da devolutiva dos resultados dos projetos às escolas ou, ainda, pela forma como a execução do projeto acontece. Talvez aqui se constitua um dos principais elementos em que a relação da universidade com as escolas da educação básica precisa avançar, especialmente nos projetos de pesquisa. A nosso ver, é necessário que a UFU desenvolva mecanismos de devolver/apresentar à comunidade investigada os resultados da pesquisa realizada.

Em relação aos objetivos do Peic – estimular docentes e técnicos administrativos a desenvolverem propostas de extensão, integrar Universidade e sociedade e contribuir para o desenvolvimento acadêmico do discente – a partir de algumas respostas, percebemos que, quando o professor da educação básica não participa do planejamento das ações, ocorre uma interrupção nessa troca de saberes, o que impede que o discente tenha a oportunidade interagir com esse professor no que tange ao aprendizado de novas práticas. A seguir apresentamos a fala de um professor da educação básica, que tem na sua fala a representação de oito professores, de como se deu esta relação.

*Qual a sua autonomia na elaboração do plano de trabalho/atividades desenvolvidas pelo projeto?*

Professor 7: O projeto veio pronto, foi apresentado em reunião para todos com o objetivo de ouvir, mas toda a sugestão da equipe não foi acatada.

Entendemos que, por se tratar de um projeto executado com recursos públicos, e muitas vezes se encontrar engessado pela legislação, algumas alterações não são passíveis de se realizarem, independente da vontade do proponente. No entanto, entendemos que poderia haver uma melhor interação se as soluções para os problemas e direcionamento das ações fossem desenvolvidas em conjunto, beneficiando o crescimento de todos.

Por outro lado, ao nos depararmos com respostas como as que apresentamos a seguir, fica evidente o papel da extensão na formação inicial do bolsista de extensão participante do projeto:

*De que modo o projeto contribuiu para ampliar o seu capital cultural sobre a escola? (entende-se por capital cultural o que se acumula pela educação: livros, diplomas e conhecimentos apreendidos em geral).*

Aluno 2: Me permitiu ter um contato direto com a escola, fazendo com que eu pudesse entender melhor o ambiente escolar; me fez entender melhor a função de professor. Além disso pude também ver as dificuldades do professor em trabalhar ciência (Física) na escola, isso devido as suas limitações. O projeto me fez ter clareza do que eu quero para o futuro na carreira docente.

As respostas dadas pelos proponentes também apontam como a participação no projeto contribuiu para a alteração de suas práticas como professores em constante formação:

*As suas práticas foram, de alguma forma, modificadas a partir dos resultados do projeto?*

Proponente 1: Sim, pois promovemos uma articulação entre disciplina da graduação e as vivências no projeto, com a participação dos bolsistas em seminários (da disciplina).

Proponente 2: Sim, fomos desenvolvendo juntamente com os participantes algumas atividades, o que nos permitiu desconstruir umas e construir outras.

Em relação às análises referentes aos indicadores selecionados pelo Forproex entendemos que todos apresentam o seu grau de importância, entretanto, como o nosso instrumento será direcionado especificamente para o aluno, estabelecemos relação com cinco deles, conforme relatado na segunda parte deste capítulo.

### 5.2.2 Apresentação do Instrumento

Compreendemos que para melhorarmos um programa que tem como objetivo principal a formação do aluno por meio da extensão universitária e verificarmos nossos objetivos e questões de estudo, é imprescindível colocarmos o aluno como protagonista de sua formação, pois, conforme Freire (1985, p. 7):

conhecer não é o ato através do qual um sujeito transformado em objeto, recebe dócil e passivamente os conteúdos que outro lhe dá ou lhe impõe. O conhecimento pelo contrário, exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer sua ação

transformadora sobre a realidade. Demanda uma busca constante. Implica invenção e reinvenção.

Nesse sentido, é imprescindível a participação do discente na avaliação do programa. Logo, acreditamos que, por meio deste instrumento, o aluno poderá apontar suas críticas e sugestões, contribuindo para a sua própria formação e o aperfeiçoamento do programa.

O instrumento de avaliação é apresentado a partir de um questionário composto por seis perguntas direcionadas aos alunos. A nossa proposta é de que ele possa ser inserido na plataforma do Siex como efeito vinculatório para emissão do certificado, não com um sentido punitivo, mas como uma oportunidade do próprio aluno ser protagonista de sua formação acadêmica. Outra proposta é que, quando da propositura do edital para a seleção do bolsista, ele seja informado que deverá avaliar a ação ao final do programa.

A seguir, apresentamos o nosso instrumento, relacionando suas questões aos indicadores que poderão ser afetados por tais questões e a justificativa para a aplicação das perguntas.

1 – Em uma escala de 1 (menor) a 5 (maior), qual o seu nível de participação nas atividades de planejamento e organização das ações do projeto?

( )1 ( )2 ( )3 ( )4 ( )5

Comente: \_\_\_\_\_

**Indicador:** *Garantia na qualidade da educação.* O objetivo do indicador é identificar a existência de procedimentos formais e sistematizados para avaliação e aprovação de propostas, acompanhamento da execução e resultados de ações de extensão. Como esse aluno será, futuramente, professor, também precisará ser um bom planejador, por isso a intenção em saber se ele foi envolvido no planejamento. Este resultado está diretamente ligado aos resultados de ações de extensão propostas pelo indicador.

**Justificativa:** Como futuro profissional da educação, o aluno deverá aprender a se organizar e planejar ações que pretenda desenvolver.

2 – Atuando junto aos profissionais da educação básica, você sentiu que a participação no projeto auxiliou na sua formação acadêmica, preparando-o para as diversidades do exercício do magistério?

( ) nunca ( ) raramente ( ) às vezes ( ) muitas vezes ( ) sempre

Comente: \_\_\_\_\_

**Indicador:** *Ações de extensão dirigidas às escolas públicas*, já que a intenção é preparar os futuros professores para o exercício do magistério nas escolas públicas de educação básica.

**Justificativa:** O projeto deverá proporcionar ao aluno a oportunidade de vivenciar o dia a dia da escola, percebendo e compreendendo as relações próprias ao cotidiano da escola.

3 – Você publicou algum material decorrente do seu trabalho ou vivência no projeto?

( ) sim. Que tipo de material.

( ) não.

Comente: \_\_\_\_\_

**Indicador:** *Publicação de artigos em periódicos com base em resultados da extensão.*

**Justificativa:** A publicação, além de ser uma forma de divulgação dos resultados do projeto, apresenta-se também como forma de avaliar o programa em que o projeto está vinculado.

4 – O projeto lhe oportunizou uma interação com a sociedade (público direto e indireto atendido no projeto), a partir da troca de conhecimentos?

( ) nunca ( ) raramente ( ) às vezes ( ) muitas vezes ( ) sempre

Comente: \_\_\_\_\_

**Indicadores:** *Parcerias interinstitucionais e ações de extensão dirigidas às escolas públicas.* Parcerias bem firmadas facilitam os trâmites das relações e ao avaliarmos essa relação verificamos o compromisso da UFU com a escola pública.

**Justificativa:** Ratifica o conceito de extensão, apresentando-se como uma via de mão-dupla, entre a comunidade acadêmica e a sociedade.

5 – Em uma escala de 1(menor) a 5 (maior), como você avalia o papel do coordenador do projeto em relação à condução das suas ações?

( )1 ( )2 ( )3 ( )4 ( )5

Comente: \_\_\_\_\_

**Indicadores:** *Participação do docente na extensão.* Além de avaliarmos o número de docentes na coordenação dos projetos, poderemos avaliar a qualidade desta participação, garantindo, assim, a qualidade da extensão.

**Justificativa:** Como já dito anteriormente, o relatório do projeto existente na plataforma Siex já apresenta uma espaço em que o coordenador faz a suas considerações em relação ao bolsista. A nossa ideia é alcançar as considerações do bolsista referente ao seu coordenador.

6- Caso este projeto tivesse a oportunidade de continuar nesta escola ou fosse ampliado para outras, que sugestões de melhoria você consideraria para seu o planejamento e execução?

Comente: \_\_\_\_\_

**Indicador:** *Garantia na qualidade da educação voltada para o acompanhamento dos projetos.*

**Justificativa:** Verificar o ponto de vista do aluno em relação à organização geral do projeto.

Após a aplicação do instrumento de avaliação do programa, a ideia é analisarmos os dados e compará-los aos objetivos e às metas dos projetos ligados à educação, foco da nossa pesquisa. Posteriormente, este questionário poderá ser adaptado para a aplicação às demais linhas do programa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa se propôs a analisar o Programa de Extensão Integração UFU/Comunidade (Peic) no contexto da extensão universitária na UFU. Nessa análise, procurou-se enfatizar a colaboração desse Programa para a formação dos discentes dos cursos de licenciaturas que atuam como bolsistas, levando-nos a refletir sobre a relação da extensão universitária e a formação acadêmica dos alunos.

Esse desafio assumido nos possibilitou compreender um pouco da trajetória da extensão universitária e a sua relação com a formação de professores por meio da extensão tanto na UFU quanto no cenário nacional, bem como a importância da avaliação da extensão. Esse processo foi importante para melhor compreensão do processo histórico da construção da extensão na instituição, possibilitando-nos entender, também, como a extensão universitária contemporânea é subordinada aos diversos sujeitos que ajudaram a construir a prática extensionista na UFU.

A compreensão do processo identificado só foi possível pela realização do levantamento de todo o histórico do Peic que, juntamente com as informações citadas nos parágrafos anteriores, nos possibilitaram construir um instrumento avaliativo.

Durante a pesquisa ficou evidente a busca constante da extensão por sua institucionalização e o reconhecimento frente ao ensino e à pesquisa, questão que ganhou força a partir de 1987, ano do I Encontro Nacional de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Desde então, o Forproex direcionou e sistematizou os debates acerca da extensão no país. A partir desse episódio, o novo conceito de extensão contemplou a indissociabilidade desta com ensino e a pesquisa, considerando-a como prática acadêmica fundamental para formação integral do aluno. A extensão passa a ser reconhecida como um espaço de produção, difusão e diálogo de saberes, devendo promover a interação que transforma a Universidade e a sociedade.

Nesse cenário, compreendemos como a extensão deve se posicionar na formação do futuro profissional da educação, hoje graduando de um curso de licenciatura e bolsista de projeto de extensão. É pela extensão que o aluno encontra um local propício para a troca de saberes entre a Universidade e a sociedade e, ainda, encontra no seu professor/tutor auxílio para a reelaboração da sua prática em função dos conceitos apreendidos e das experiências vivenciadas. Formar profissionais

críticos capazes de entender os anseios e as demandas da sociedade é função precípua de uma universidade pública.

A partir do surgimento do Forproex, a busca pela formulação de uma política que garantisse recursos para a realização das ações de extensão, sua institucionalização e avaliação, foram o cerne dos debates no interior do Fórum e nas universidades brasileiras. A Política de Extensão, que desde 2012 direciona a extensão universitária não foi regulamentada, porém, em 2018, já foi deliberada pelo Conselho Nacional de Educação e aguarda a aprovação do Ministério da Educação. Acredita-se que a regularização desta política será mais um grande passo para o fortalecimento da própria Universidade em seu contínuo processo de legitimação social, uma vez que a extensão possibilita o diálogo direto com a comunidade na qual a instituição está inserida.

A UFU já possui uma política de extensão institucionalizada, que está sendo revista no momento. Também já se encontram institucionalizadas as resoluções que garantem uma política de bolsas de extensão, equiparação da extensão ao ensino e à pesquisa na progressão docente e inserção da extensão na matriz orçamentária. Outro fator que certamente contribuirá para afirmação da extensão será a sua curricularização, posta como meta no PNE 2001 e PNE 2014 e que já se encontra, na UFU, em processo adiantado de discussão para a sua implantação. O movimento de revisão, bastante salutar, é indicativo da preocupação da adequação da extensão às novas demandas que para ela se coloca e, também, é revelador do que lhe é essencial, qual seja, seu caráter de permanente construção.

Entendemos que essas garantias já instituídas em nível nacional e local e outras que já se encontram encaminhadas, assegurarão definitivamente o lugar da extensão no tripé acadêmico, ao lado do ensino e da pesquisa.

Com relação ao financiamento, a partir de 2003, os recursos oriundos do Governo Federal destinados às universidades cresceram significativamente, garantindo, nessa destinação, parte específica à extensão. Neste cenário, localizamos o surgimento do Peic, objeto de nossa pesquisa. O Programa foi instituído em 2003, passando por quatro gestões, que mesmo com diferentes visões sobre o papel da Universidade, sempre enxergaram no Peic uma forma de concretizar o fazer extensionista, estimulando a formação acadêmica do discente e contribuindo para a sua formação profissional e o exercício de sua cidadania.

Após a análise do programa, acreditamos que essa longevidade pode estar atrelada a vários aspectos. Entre eles estaria o modelo de seleção das propostas, o que garante credibilidade e transparência ao processo, imprescindível quando se trata de recursos públicos. Outro aspecto seria a gestão dos recursos, pois, como se trata de recursos internos, há maior flexibilidade por parte da Proexc na distribuição desses recursos quando da organização do edital voltado para a formação do aluno.

Diante da relevância do Peic para a concretização do fazer extensionista na UFU, em agosto de 2018, a Proexc encaminhou ao Consex o processo que culminou na aprovação da Resolução nº 08/2018. Dessa maneira, o Peic passa a figurar como um programa institucional da UFU.

As análises realizadas resultaram no produto a ser apresentado nesta pesquisa, desenvolvida no mestrado profissional em educação. Para a construção do nosso instrumento verificamos os quinze indicadores selecionados pela Cpaie para um teste piloto a ser realizado nas Instituições Públicas de Ensino Superior. Consideramos que todos eles são importantes por estarem relacionados com a manifestação no campo concreto das ideias de um serviço público e do aprofundamento com as relações com a sociedade, assegurando que a universidade não permaneça somente com os conhecimentos intramuros.

O Siex, indispensável para acompanhamento da extensão, já vem, há algum tempo, passando por alterações a fim de atender às exigências e melhorias no sentido desse acompanhamento. Assim, acreditamos que a UFU não terá grandes dificuldades da aplicação desses indicadores.

Especificamente, para a construção do nosso instrumento avaliativo, consideramos como passíveis de contribuição pela avaliação dos alunos cinco indicadores. A nossa proposta de avaliação poderá ocorrer concomitantemente ao teste piloto, sem que as duas se sobreponham. Consideramos a avaliação do aluno essencial para medir o quanto as ações de extensão estão modificando o campo concreto. Será que estamos formando bons professores? Em que medida a experiência extensionista contribui para os discentes no enfrentamento de situações limítrofes/inesperadas? Ou, ainda, precisamos aperfeiçoar esse processo para que isso aconteça?

Acreditamos na importância de nosso instrumento, na medida em que a concepção de construção permanente reconhece que há sempre condições de aprimorar o processo formativo em curso.

Creemos, portanto, que futuros trabalhos também devem se debruçar na análise dos resultados da aplicação desses indicadores e dessa avaliação dos alunos. Os dados colhidos a partir da aplicação do instrumento de avaliação poderão nortear a equipe que acompanha o Peic no sentido de ampliar o alcance do programa na formação dos alunos.

Também o desenvolvimento de futuras pesquisas, relacionadas à avaliação do público atendido pelos projetos nas escolas públicas, seria de grande relevância para a melhoria constante desses projetos no que tange à formação acadêmica dos alunos, à prática do técnico administrativo e do docente e à interação dialógica da comunidade com a Universidade.

Finalmente, ao retornarmos às questões propostas na introdução deste trabalho, concluímos que a revisão bibliográfica e a análise dos dados coletados junto aos três projetos, a partir dos questionários, nos trazem alguns indícios dessas respostas.

Os questionamentos sobre a contribuição da prática extensionista para a construção do conhecimento e se este é utilizado para alterar a teoria e proporcionar novos conhecimentos não foram totalmente sanados. Os questionários trouxeram indicativos de que a prática contribui para a produção do conhecimento e modificação desta prática, no entanto, serão necessárias novas pesquisas para o aprofundamento dessas questões. Quanto ao impacto do Peic na UFU, a contribuição deste trabalho é exatamente propor um instrumento que possa auxiliar essa avaliação.

Ao chegarmos ao final desta pesquisa, entendemos que nossa busca por respostas aos nossos questionamentos não cessará. Atingir metas pretendidas é importante, mas acreditamos que o essencial é o que aprendemos e reaprendemos ao percorrer o caminho da pesquisa. O ato de pesquisar desperta uma nova forma de avaliar, tornando-nos, ao mesmo tempo, críticos e cuidadosos ao ponto de não emitirmos nenhum juízo de valor baseado apenas em suposições, com o intuito de garantirmos a credibilidade de nossa pesquisa.

O aprendizado e a experiência adquiridos ao longo do caminho tornaram-nos uma pessoa mais bem preparada para cumprir o nosso papel como servidora pública

em educação. Não mais alguém da área técnica à frente de uma secretaria, desenvolvendo funções inerentes ao cargo, mas alguém que passou a compreender que todo ato que acontece dentro de uma universidade deve ser realmente um ato educativo. Um ato capaz de transformar a si mesmo e aos outros, que incorpora o verdadeiro sentido da extensão, e de promover a real integração entre a Universidade e a sociedade.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G. **Ofício de mestre: imagens e autoimagens**. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. 251 p.

BARBISAN, A. O. et al. **Avaliação institucional da extensão**. Porto Alegre: Gráfica Metrópole, 2004. 104 p.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luiz Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011. 280 p.

BELLONI, I. A universidade e o compromisso da avaliação institucional na reconstrução do espaço social. **Avaliação**: Revista da Avaliação da Educação Superior, Sorocaba, v. 1, n. 2, 1996.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto Editora, 1994. 336 p.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931. Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao systema universitario, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização tecnica e administrativa das universidades é instituída no presente Decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras. **Diário Oficial**, Rio de Janeiro, DF, 15 abr. 1931. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 18 set. 2008.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006. Institui a política e as diretrizes para o desenvolvimento de pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 abr. 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5707.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5707.htm)>. Acesso em: 24 set. 2018.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 6.495, de 30 de junho de 2008. Institui o Programa de Extensão Universitária - PROEXT. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1º jul. 2008. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/decreto/d6495.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6495.htm)>. Acesso em: 25 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 7.416, de 30 de dezembro de 2010. Regulamenta os arts. 10 e 12 da Lei nº 12.155, de 23 de dezembro de 2009, que tratam da concessão de bolsas para desenvolvimento de atividades de ensino e extensão universitária. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 31 dez. 2010. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7416.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7416.htm)>. Acesso em: 20 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 53, de 18 de novembro de 1966. Fixa princípios e normas de organização para as universidades federais e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 21 nov. 1966. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-53-18-novembro-1966-373396-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 24 set. 2018.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 252, de 28 de fevereiro de 1967. Estabelece normas complementares ao Decreto-Lei nº 53, de 18 de novembro de 1966, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 fev. 1967. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/Del0252.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0252.htm)>. Acesso em: 20 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 dez. 1961. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 5 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 29 nov. 1968. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 21 maio 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Estabelece o Plano Nacional de Educação 2001-2011. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 jan. 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf>>. Acesso em: 5 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 15 abr. 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm)>. Acesso em: 21 maio 2018.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 jan. 2005. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/lei/l11091.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11091.htm)>. Acesso em: 18 set. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.155, de 23 de dezembro de 2009. Dispõe sobre a concessão de Bônus Especial de Desempenho Institucional – BESP/DNIT aos servidores do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT; altera as Leis nº 11.171, de 2 de setembro de 2005, 10.997, de 15 de dezembro de 2004, 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, e 11.507, de 20 de julho de 2007; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 2009. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/L12155.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/L12155.htm)>. Acesso em: 28 maio 2018.

\_\_\_\_\_. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm)>. Acesso em: 5 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC**. Disponível em: <<http://cnpq.br/pibic>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/pibid>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

CASTRO, L. M. C. A universidade, a extensão universitária e a produção de conhecimentos emancipadores. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 27., Caxambú, 2004. **Anais...** Disponível em: <<http://www.anped.org.br/sites/default/files/t1111.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. da. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. 162 p.

CHAUÍ, M. S. A Universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 24, set.-dez. 2003. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782003000300002>.

CORRÊA, E. J. Extensão universitária, política institucional e inclusão social. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, Chapecó, v.1, n.1, p.12-15, 2003.

CUNHA, A. L. S. **A experiência como prática formativa de estudantes na extensão universitária**. 2013. 85 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2013.

DALBEN, A. I. L. de F.; VIANNA, P. C. de M. Gestão e avaliação da extensão universitária: a construção de indicadores de qualidade. **Interagir: pensando a extensão**, Rio de Janeiro, n. 13, p. 31-39, jan.-dez. 2008.

DIAS SOBRINHO, J. Avaliação e transformações da educação superior brasileira (1995-2009): do provão ao Sinaes. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, v. 15, n. 1, p. 195-224, 2010. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/s1414-40772010000100011>.

FERREIRA N. S. de A. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educ. Soc. [online]**. v. 23, n. 79, p. 257-272, 2002. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302002000300013>.

FETRACO, E. J. **Navus: Revista de Gestão e Tecnologia**. Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 43-56, jan.-jun. 2012.

FONSECA, S. G. **Ser professor no Brasil: história oral de vida**. 3. ed. Campinas: Papyrus, 1997. 232 p.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1985. 93 p. (Coleção O Mundo Hoje; v. 24).

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 2011. 144 p.

GATTI, B. A. (Coord.); BARRETTO, E. de S. **Professores do Brasil: impasses e desafios**. Brasília: UNESCO, 2009. 294 p.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 200 p.

GOMES, G. C. Apresentação. **Em Extensão**, Uberlândia, v. 14, n. 1, p. 5-6, jan.-jun. 2015.

INDICADORES BRASILEIROS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA (IBEU). In: **Relatório de Pesquisa 2017**. MAXIMILIANO JUNIOR, M. et al. (Org.) Campina Grande: EDUFCG, 2017. Disponível em: <[https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Relat%C3%B3rio\\_de\\_Pesquisa\\_Forproex\\_EBOOK.pdf](https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Relat%C3%B3rio_de_Pesquisa_Forproex_EBOOK.pdf)>. Acesso em: 6 jun. 2018.

MAXIMIANO, A. C. A. **Teoria geral da administração**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2006. 354 p.

MORAES FILHO, W. B.; SILVEIRA, H. E. da. **Extensão na formação profissional: desafios e possibilidades**. Disponível em: <[http://curricularizacaodaextensao.ifsc.edu.br/files/2016/06/5\\_Extensao\\_na\\_Formacao\\_Profissional\\_Desafios\\_e\\_Possibilidades.pdf](http://curricularizacaodaextensao.ifsc.edu.br/files/2016/06/5_Extensao_na_Formacao_Profissional_Desafios_e_Possibilidades.pdf)>. Acesso em: 17 maio 2018.

MOITA, M. da C. Percursos de formação e de transformação. In: NÓVOA (Org.). **Vidas de professores**. Porto: Porto Editora, 1992, p. 111-140.

NÓVOA, A. A formação contínua entre a pessoa-professor e a organização-escola. **Inovação**, Lisboa, v. 4, n. 1, p. 63-76, 1991.

**PLANO Nacional de Extensão Universitária**. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/>>. Acesso em: 5 jan. 2018.

**POLÍTICA Nacional de Extensão Universitária**. Recife. Editora da UFPE, 2012. 108 p.

REDE NACIONAL DE EXTENSÃO – RENEX. **I Encontro Nacional FORPROEX**. 1987. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/documentos/cartas-e-memoria>>. Acesso em: 28 ago. 2018.

\_\_\_\_\_. **XVII Encontro Nacional FORPROEX**. 2001. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/documentos/cartas-e-memoria>>. Acesso em: 28 ago. 2018.

RODRIGUES, V. M. **O Programa de Extensão Universitária – Proext no contexto das políticas educacionais no período de 2003 a 2012**: uma análise a partir da experiência da Universidade Federal de Uberlândia. 2014. 129 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO C. F.; LUCIO, P. B. Nascimento de um projeto de pesquisa quantitativo, qualitativo ou misto: a ideia. In: **Metodologia de pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013, p. 49-58.

SANTOS, B. de S. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2005. 348 p.

SANTOS, S. R. M.; MEIRELLES F. S. C.; SERRANO R. S. M. Avaliação e extensão: dos conceitos fundamentais a reflexões sobre a prática. In: NOGUEIRA, M. D. P. (Org.). **Avaliação da extensão universitária**: práticas e discussões da comissão permanente de extensão. Belo Horizonte: FORPROEX/CPAE; PROEX/UFMG, 2013. p. 75-98. (Coleção Extensão Universitária; v. 8).

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 22 ed. São Paulo: Cortez, 2002. 335 p.

SOUSA, A. L. L. Concepção da extensão universitária: ainda precisamos falar sobre isso? In: FARIA, D. S (Org.). **Construção conceitual da extensão universitária na América Latina**. Brasília: Editora da UnB, 2001. p. 107-126.

UNIVERSIDADE Federal de Uberlândia – UFU. **Conheça a UFU**. Disponível em: <<http://www.ufu.br/institucional>>. Acesso em: 3 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Resolução nº 01/1988, de 14 de outubro de 1988. Fixa normas para atividades de extensão na Universidade Federal de Uberlândia. Disponível em: <<http://www.reitoria.ufu.br/Resolucoes/resolucaoCONSEP-1988-1.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. Conselho Diretor. Resolução nº 13/2007. Regulamenta o roteiro para pontuação das atividades dos docentes da carreira do magistério superior e da carreira do magistério de 1º e 2º graus da Universidade Federal de Uberlândia. [Documento substituído pela Resolução nº 05/2008 do Conselho Diretor].

\_\_\_\_\_. Conselho Diretor. Resolução nº 05/2008. Altera os anexos da Resolução nº 13/2007, do Conselho Diretor. [Documento substituído pela Resolução nº 04/2014 do Conselho Diretor].

\_\_\_\_\_. Conselho de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis. Resolução nº 01/2010, de 25 de agosto de 2010. Estabelece diretrizes para a constituição da Coordenação de Extensão nas Unidades Acadêmicas da Universidade Federal de Uberlândia, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.reitoria.ufu.br/Resolucoes/ataCONSEX-2010-1.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2017.

\_\_\_\_\_. Conselho de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis. Resolução nº 01/2013, de 30 de janeiro de 2013. Altera o Anexo III da Resolução nº 01/2010, do Conselho de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis, que “Estabelece diretrizes para a constituição da Coordenação de Extensão nas Unidades Acadêmicas da Universidade Federal de Uberlândia, e dá outras providências”. Disponível em: <<http://www.reitoria.ufu.br/Resolucoes/resolucaoCONSEX-2013-1.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2017.

\_\_\_\_\_. Conselho de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis. Resolução nº 02/2013. Dispõe sobre as normas que regulamentam a concessão de bolsas de extensão para discentes, na Universidade Federal de Uberlândia. Disponível em: <<http://www.reitoria.ufu.br/Resolucoes/resolucaoCONSEX-2013-2.pdf>>. Acesso em: 2 fev. 2018.

\_\_\_\_\_. Conselho de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis. Resolução nº 02/2018, de 16 de maio de 2018. Dispõe sobre o regulamento da concessão e da atuação dos bolsistas de extensão, no âmbito das ações desenvolvidas na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da Universidade Federal de Uberlândia, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.reitoria.ufu.br/Resolucoes/resolucaoCONSEX-2018-2.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2018.

\_\_\_\_\_. Conselho de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis. Resolução nº 08/2018, de 17 de outubro de 2018. Dispõe sobre o regulamento da concessão e da atuação dos bolsistas de extensão, no âmbito das ações desenvolvidas na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da Universidade Federal de Uberlândia, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.reitoria.ufu.br/Resolucoes/resolucaoCONSEX-2018-8.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. Conselho Diretor. Resolução nº 02/2016. Estabelece o modelo de distribuição de recursos de Outros Custeios e Capital (OCC) entre as unidades acadêmicas da Universidade Federal de Uberlândia, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.reitoria.ufu.br/Resolucoes/resolucaoCONDIR-2016-2.pdf>>. Acesso em: 2 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. Conselho Diretor. Resolução nº 04/2017, de 7 de julho de 2017. Estabelece o Programa de Apoio à Qualificação (QUALI-UFU) mediante o custeio de ações de qualificação para os servidores efetivos, docentes e técnico-administrativos em educação, da Universidade Federal de Uberlândia. Disponível em: <<http://www.reitoria.ufu.br/Resolucoes/resolucaoCONDIR-2017-4.pdf>>. Acesso em: 24 set. 2018.

\_\_\_\_\_. Conselho Universitário. Resolução nº 07/2005, de 29 de abril de 2005. Aprova o Plano de Gestão 2004-2008 da Universidade Federal de Uberlândia. Disponível em: <<http://www.reitoria.ufu.br/Resolucoes/ataCONSUN-2005-7.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2018

\_\_\_\_\_. Conselho Universitário. Resolução nº 04/2009, de 27 de março de 2009. Estabelece a política de extensão da Universidade Federal de Uberlândia, e dá outras providências. Disponível em:

<<http://www.reitoria.ufu.br/Resolucoes/ataCONSUN-2009-4.pdf>>. Acesso em: 30 nov. 2017.

\_\_\_\_\_. Pró-reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis. **Produção de extensão, cultura e assuntos estudantis da UFU**: 1993-1996. Uberlândia, 1996. 364 p.

\_\_\_\_\_. **O que é a CPA?** Apresenta informações da Comissão Permanente de Avaliação. Disponível em: <<http://www.cpa.ufu.br/>>. Acesso em: 5 maio 2018.

\_\_\_\_\_. **Sistema de Informação de Extensão**. Apresenta informações sobre o Siex. Disponível em: <<http://www.siex.proexc.ufu.br/>>. Acesso: 12 dez. 2018.

VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2005. 288 p.

WANDERLEY, L. E. W. **O que é Universidade?** *e-Book*. São Paulo: Brasiliense, 2017. 70 p. (Coleção Primeiros Passos; v. 91).

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e método. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005. 212 p.

## APÊNDICE A – Questionário aos discentes bolsistas



Este questionário pretende coletar dados para a pesquisa que estamos realizando no Programa de Mestrado Profissional da Universidade de Uberaba, intitulada: “A extensão da Universidade Federal de Uberlândia e o seu papel na formação dos discentes: Uma análise nos projetos em licenciatura e pedagogia, entre 2013 e 2016, do Programa de Extensão Integração UFU/Comunidade- Peic”, cujo objetivo é analisar os impactos efetivos da extensão na formação discente e no desenvolvimento da prática formativa da universidade, a partir de projetos do Programa de Extensão Integração UFU/Comunidade- Peic.

Responda as questões com liberdade. Não é necessário identificar-se.

Agradecemos a colaboração.

Atenciosamente,

Orientanda: Fabíola Dutra Amaral

Orientadora: Luciana Beatriz de Oliveira Bar de Carvalho

- 
1. De que modo o projeto contribuiu para ampliar o seu capital cultural sobre a escola?
  2. Como você percebe o impacto do projeto em seu conhecimento sobre a educação básica?
  3. De que modo o projeto colaborou na sua futura prática profissional?
  4. Que sugestões/críticas você nos apresentaria para tornar o trabalho desse projeto mais produtivo e eficaz?

## Apêndice B – Questionário aos professores participante do projeto na escola



Este questionário pretende coletar dados para a pesquisa que estamos realizando no Programa de Mestrado Profissional da Universidade de Uberaba, intitulada: “A extensão da Universidade Federal de Uberlândia e o seu papel na formação dos discentes: Uma análise nos projetos em licenciatura e pedagogia, entre 2013 e 2016, do Programa de Extensão Integração UFU/Comunidade- Peic”, cujo objetivo é analisar os impactos efetivos da extensão na formação discente e no desenvolvimento da prática formativa da universidade, a partir de projetos do Programa de Extensão Integração UFU/Comunidade- Peic.

Responda as questões com liberdade. Não é necessário identificar-se.

Agradecemos a colaboração.

Atenciosamente,

Orientanda: Fabíola Dutra Amaral

Orientadora: Luciana Beatriz de Oliveira Bar de Carvalho

- 
1. Qual a sua autonomia na elaboração do Plano de trabalho/atividades desenvolvidas pelo projeto?
  2. Como a sua percepção de ensino foi impactada pelo projeto?
  3. As suas práticas foram, de alguma forma, modificadas a partir do seu envolvimento com o projeto?
  4. Que sugestões/críticas você nos apresentaria para tornar o trabalho desse projeto mais produtivo e eficaz?

## Apêndice C – Questionário aos proponentes dos projetos



Este questionário pretende coletar dados para a pesquisa que estamos realizando no Programa de Mestrado Profissional da Universidade de Uberaba, intitulada: “A extensão da Universidade Federal de Uberlândia e o seu papel na formação dos discentes: Uma análise nos projetos em licenciatura e pedagogia, entre 2013 e 2016, do Programa de Extensão Integração UFU/Comunidade- Peic”, cujo objetivo é analisar os impactos efetivos da extensão na formação discente e no desenvolvimento da prática formativa da universidade, a partir de projetos do Programa de Extensão Integração UFU/Comunidade- Peic.

Responda as questões com liberdade. Não é necessário identificar-se.

Agradecemos a colaboração.

Atenciosamente,

Orientanda: Fabíola Dutra Amaral

Orientadora: Luciana Beatriz de Oliveira Bar de Carvalho

---

1. Qual a sua intencionalidade pedagógica formativa para o desenvolvimento profissional dos discentes participantes do projeto?
2. De que modo você entende e percebe o melhoramento da atuação dos professores a partir do envolvimento neste projeto?
3. As suas práticas foram, de alguma forma, modificadas a partir dos resultados do projeto?
4. Que sugestões/críticas você nos apresentaria para tornar o trabalho desse projeto mais produtivo e eficaz?

## Apêndice D – Respostas dos questionários

### Respostas professores da educação básica

#### 1- Qual a sua autonomia na elaboração do Plano de trabalho/atividades desenvolvidas pelo projeto?

Professor 1- Nenhuma, projeto veio pronto, fechado.

Professor 2- nenhuma, pois o projeto já veio pronto

Professor 3- nenhuma

Professor 4- nenhuma. O projeto veio pronto para a escola

Professor 5- nenhuma

Professor 6- nenhuma

Professor 7- nenhuma. O projeto veio pronto, foi apresentado em reunião para todos com o objetivo de ouvir mas toda sugestão da equipe não foi acatada.

Professor 8- o projeto foi elaborado pela professora e alunos da UFU, por isso não pude interferir diretamente na sua realização.

#### 2- Como a sua percepção de ensino foi impactada pelo projeto?

Professor 1- não houve impacto

Professor 2- não houve mudança, pois não teve interação da equipe do programa com as minhas turmas

Professor 3- percebi que alguns alunos se interessam mais aos temas quando este possui em a prática

Professor 4- não houve impacto em minha percepção de ensino.

Professor 5- não. Pois sabemos que projetos com alunos fazem a diferença.

Professor 6- nenhuma, pois todo o plano de trabalho e atividades desenvolvidas estavam a cargo da equipe do projeto.

Professor 7- não. Pois teoria e prática foi desenvolvida pela equipe da UFU.

Professor 8- o objetivo do projeto era interessante, mas apenas os alunos da UFU desenvolviam as atividades e as respectivas avaliações sobre o processo de ensino e aprendizagem.

#### 3- As suas práticas foram, de alguma forma, modificadas a partir do seu envolvimento com o projeto?

Professor 1- de maneira nenhuma, minha turma foi retirada do projeto depois de algum tempo da implantação deste.

Professor 2- não, não tive participação no projeto com o desenvolvimento das atividades de campo porque a equipe não quis da continuidade com minhas turmas

Professor 3- não. Me envolvi muito pouco com os projetos.

Professor 4- foram necessárias algumas adaptações nos planos de aula para a inclusão do projeto.

Professor 5- sim. Pois foi necessário fazer algumas adaptações no planejamento

Professor 6- sim. Principalmente durante as aulas teóricas, na qual os orientandos buscavam enriquecer seu trabalho com inúmeros materiais didáticos.

Professor 7- sim, mas percebi que as aulas práticas despertam mais interesse e ter momentos de relaxamento antes da introdução de conteúdos novos.

Professor 8- nas práticas foram modificadas com o tempo, precisamos interferir criando cronogramas semanais para a participação dos alunos, já que os idealizadores da UFU faziam suas atividades em dias definidos quinzenalmente.

#### **4-Que sugestões/críticas você nos apresentaria para tornar o trabalho desse projeto mais produtivo e eficaz?**

Professor 1- maior interação com o professor de sala de aula, pois não fomos em nenhum momento consultados ou permitindo que pudéssemos contribuir de forma significativa para este.

Professor 2- maior interação da equipe da UFU com a escola, havendo uma apresentação á equipe da escola sobre a forma de trabalhar o projeto.

Professor 3- as escolas estaduais estão sem verbas, então, e um projeto que precisa ser aplicado com verbas próprias para poder ter andamento

Professor 4- a escola deveria ter um pouco de autonomia em relação à execução do projeto como aceitar sugestões da equipe da escola que tem um pouco de experiência, pois temos mais conhecimento e prática e formas mais adequadas de trabalhar com alunos.

Professor 5- acho que deveriam ter apresentado o projeto para a equipe da escola, para que pudesse ter sido trabalhado e desenvolvido em conjunto com a escola e para que fosse desenvolvido de acordo com a sugestões da equipe também,

Professor 6- valorizar a prática no mesmo nível da teoria.

Professor 7- parceria com a equipe da escola, ouvir opinião dos professores para organização do trabalho com a prática.

Professor 8- esse trabalho poderia ser produtivo e eficaz se pudéssemos estabelecer uma parceria entre a escola e o grupo da UFU na elaboração do

projeto e na forma que será exercitado para que assim seja melhor aproveitado pelos alunos e professores da escola e pelos pesquisadores da universidade.

### **Respostas discentes bolsistas**

#### **1-De que modo o projeto contribuiu para ampliar o seu capital cultural sobre a escola? (entende-se por capital cultural o que se acumula pela educação: livros, diplomas e conhecimentos apreendidos em geral).**

Aluno 1- Artigos publicados, histórias ligadas com a divulgação científica e conceitos de ciências.

Aluno 2- Me permitiu ter um contato direto com a escola, fazendo com que eu pudesse entender melhor o ambiente escolar, me fez entender melhor a função de professor, além disso pude também ver as dificuldades do professor em trabalhar ciência( Física) na escola, isso devido as suas limitações. O projeto me fez ter clareza do que eu quero para o futuro na carreira docente.

#### **2-Como você percebe o impacto do projeto em seu conhecimento sobre a educação básica?**

Aluno 1- Para o meu crescimento profissional foi muito importante, uma vez que me deu uma noção do ensino para a educação infantil.

Aluno 2- Na minha forma de pensar de agir, diante da experiência que tive com as atividades desenvolvidas, uma bem sucedidas outras não, também me fez ler mais artigos e revista científica, buscar mais conhecimento sobre algumas situações ocorridas no cotidiano escolar.

#### **3-De que modo o projeto colaborou na sua futura prática profissional?**

Aluno 1- Bastante, pois me demonstrou uma nova visão da educação infantil.

Aluno 2 - Diante das atividades desenvolvidas no projeto, hoje posso dizer que o professor tem que se reinventar a cada dia para melhorar suas aulas e pelas situações enfrentadas, as vezes a escola não tem o material mais simples para o professor utilizar em sala de aula.

#### **4-Que sugestões/críticas você nos apresentaria para tornar o trabalho desse projeto mais produtivo e eficaz?**

Aluno 1- A grande limitação dos projetos é a entrada nas escolas, talvez uma parceria mais forte com as escolas.

Aluno 2 - Não tenho nenhuma crítica ao projeto, só tenho a agradecer por tudo que me proporcionou sou muito grato ao meu orientador do projeto por todas as atividades, questões levantadas e pesquisas abordadas. Minha sugestão e que mais projetos como esse seja desenvolvido na universidade.

### **Respostas proponentes dos projetos**

#### **1-Qual a sua intencionalidade pedagógica formativa para o desenvolvimento profissional dos discentes participantes do projeto?**

Proponente 1- Principalmente promover uma articulação entre saberes de conteúdo e vivências no contexto escolar, futuro campo de atuação profissional dos discentes. Neste âmbito, outra intencionalidade nas ações propostas consistia na valorização da experiência de docentes que atuam nas escolas e que participaram do projeto.

Proponente 2- O objetivo principal é que consigam sistematizar suas reflexões em torno da prática que desenvolvem, para que ao fazerem este movimento reconstruam alguns de seus saberes docentes a respeito desta prática específica.

#### **2-De que modo você entende e percebe o melhoramento da atuação dos professores a partir do envolvimento neste projeto?**

Proponente 1- Através da valorização de sua própria prática e também da consideração de contribuições oriundas do espaço acadêmico.

Proponente 2- Por meio das expressões verbais e comportamentais é possível perceber a repercussão das atividades desenvolvidas no desenvolvimento profissional do professor

#### **3-As suas práticas foram, de alguma forma, modificadas a partir dos resultados do projeto?**

Proponente 1- Sim; pois promovemos uma articulação entre disciplina da graduação e as vivências no projeto, com a participação dos bolsistas em seminários (da disciplina).

Proponente 2- Sim, fomos desenvolvendo juntamente com os participantes algumas atividades, o que nos permitiu desconstruir algumas e construir outras.

#### **4-Que sugestões/críticas você nos apresentaria para tornar o trabalho desse projeto mais produtivo e eficaz?**

Proponente 1- Relativamente à importância de consolidar esse Programa de Extensão, seria interessante desenvolver ações específicas de promoção das ações desenvolvidas, como eventos e publicações direcionados às mesmas e integrando os espaços da universidade e comunidade escolar.

Proponente 2-Este trabalho precisa de continuidade, não pode ser algo pontual, pois a formação e o desenvolvimento profissional dos professores é um processo dinâmico e contínuo que demanda tempo.